ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 53 – Série VII – N.º 539
24 de Abril de 1984

Preço: 20$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português · Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX · Tel. 76 97 25 – Telex 18390 · Composição e impressão – Heska Portuguesa · Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

Abril vive

Abril viverá

Todos às comemorações populares do Dia da Liberdade!

Nesta edição

- **Festejar *Abril*, *defender* Abril**
- **Deputados PS/PSD/CDS: ter as férias em dia com os salários (dos outros) em atraso**
- **Barreiro: novo CT do PCP é inaugurado no sábado, com a participação de Álvaro Cunhal**
- **Preparemos um grandioso 1.º de Maio!**
- **O diálogo é um direito, não é um favor**

Festa do «Avante!» em 7, 8 e 9 de Setembro

A Festa do «Avante!» aí está! tão cedo? interrogar-se-á provavelmente o leitor mais desprevenido.

É verdade: a maior festa do Portugal de Abril, aquele espaço grande, bonito, cheio de fraternidade e alegria, aí está, não apenas nos gabinetes, na concepção dos planos, na congeminação das ideias mas também a preparar os primeiros passos no próprio terreno.

Marcada para 7/8/9 de Setembro, a Festa deste ano — na sua nona edição — tem já com efeito duas jornadas de trabalho voluntário. Serão nos fins-de-semana de 19/20 e 26/27 de Maio e, naturalmente, em pouco diferirão, nas suas características essenciais, de quantas foram efectuadas em anos passados. Através delas, por obra e arte de mãos hábeis e generosas, pelo punho e vontade de muitos milhares de comunistas e outros amigos do Partido, uma vez mais, a aridez do terreno dará lugar à bela cidade que acolherá centenas de milhares de portugueses vindos de todo País.

Trata-se agora de as organizações do Partido porem as mãos à obra, começar a organizar, a prepararem as coisas para esta importante tarefa.

Entretanto, a EP — entrada que dá acesso à Festa durante os três dias — será também posta à venda a partir do próximo mês de Maio.

Valerá a pena dizer que, como sempre, a Festa deste ano será a melhor de todas?

Suplemento

25 ABRIL

Quando no dia 25 de Abril de 1974 os heróicos capitães do MFA à frente das forças armadas, saíram dos quartéis, tomaram conta das ruas, cercaram e fizeram render o Governo e o Presidente Tomás e anunciaram a sua destituição, todo o mundo falou num golpe militar. O PCP nunca aceitou tal definição. A pria acção revolucionária militar não foi um «golpe», mas um levantamento. E ao levantamento militar sucedeu-se imediatamente o levantamento popular. No próprio dia 25, as massas populares apareceram poderosas, rodeando, acarinhando, apoiando e estimulando os militares, tomando elas próprias iniciativas de acção, fundindo povo e forças armadas numa mesma aspiração e num mesmo combate.

Depois de quase meio século de fascismo iniciava-se a Revolução portuguesa que iria causar a surpresa e a admiração da Europa e do Mundo.

O derrubamento do governo fascista foi obra do MFA. Mas a efectiva derrota do fascismo, a instauração das liberdades, as transformações democráticas, as conquistas revolucionárias, foram obra da grande aliança Povo-MFA, da aliança do movimento popular revolucionário organizado com os militares revolucionários do MFA.

O 25 de Abril de 1974 teve uma semana depois o seu complemento no 1.º de Maio, nas manifestações unitárias gigangescas — expressão da imensa força autónoma e independente do movimento operário e popular. A Revolução portuguesa iria desenvolver-se pela acção conjugada das massas populares e das forças armadas.

(Álvaro Cunhal, em «A Revolução Portuguesa: o Passado e o Futuro»)

SEMANA

18
Quarta-feira

Chega a Lisboa a «caravana da fome» dos vidreiros da Marinha Grande, que após uma marcha de 180 quilómetros em bicicleta se encontram em S. Bento, juntamente com outros milhares de trabalhadores do distrito de Lisboa para denunciar a degradação das suas condições de vida provocadas pela política económica do Governo PS/PSD ■ O Conselho de Imprensa condena as pressões do Governo sobre a RTP, no caso dos sindicalistas presos junto à residência do Primeiro-Ministro, que considera lesivas dos princípios da liberdade de

imprensa e da independência dos órgãos de comunicação social do Estado ■ As associações de inquilinos de Lisboa e do norte do País rejeitam o anteprojecto de lei das rendas de casa, considerando-o anticonstitucional, inadequado, injusto e inoportuno ■ A União Socialista de Forças Populares, de Marrocos, pede a convocação de eleições legislativas, adiadas na sequência dos massacres de Janeiro aquando da «guerra do pão» ■ A URSS anuncia que vai estudar as propostas dos EUA sobre o desarmamento no que respeita a armas químicas.

19
Quinta-feira

A comissão promotora das comemorações do X aniversário do 25 de Abril, no Porto, acusa em conferência de imprensa o governador civil daquela cidade de pretender boicotar as iniciativas populares e democráticas na capital nortenha, em favor de um programa oficial que nem sequer foi ainda anunciado; Cal Brandão quer impedir que a população do Porto utilize a baixa da cidade no 25 de Abril ■ Ramalho Eanes regressa a Lisboa, após visita oficial ao Canadá ■ Margaret Thatcher termina a sua visita oficial a Portugal, onde afirmou que os empresários ingleses se preparam para conquistar o mercado nacional ■ A Angop anuncia que as FAPLA's abateram 86 bandidos armados nas províncias do Moxico, Huambo e Kuanza-Sul ■ O presidente brasileiro decreta o estado de emergência no distrito de Brasília, por 60 dias ■ Os presidentes da Síria e do Líbano encontram-se em Damasco para debater a situação libanesa ■ Perez de Cuellar, secretário-geral da ONU, anuncia estar disposto a servir de medianeiro entre a Líbia e a Grã-Bretanha, no seguimento dos acontecimentos registados na embaixada da Líbia em Londres.

20
Sexta-feira

Comemorações populares

Quatro patrulhas da GNR atacam centenas de pessoas no largo principal de Carenque, Amadora, provocando inúmeros feridos; a carga policial registou-se na sequência de uma colagem de cartazes alusivos ao X aniversário do 25 de Abril ■ O gabinete do Primeiro-Ministro divulga uma nota em que nega que Mário Soares tenha feito afirmações insultuosas à imprensa portuguesa em recente entrevista à revista alemã «Der Spiegel»; segundo a revista, Mário Soares afirmou entre outras enormidades que a imprensa é totalmente irresponsável ■ Jornalistas e escritores do Porto reúnem-se num jantar comemorativo do 25 de Abril ■ Chega ao Algarve, em férias, o presidente do Zaire, Mobutu, recebido no aeroporto de Faro por Ramalho Eanes ■ Termina em Budapeste a reunião dos países do Pacto de Varsóvia com a aprovação de um «apelo especial» aos países da NATO, convidando-os a «cooperar no sentido de pôr termo à implantação de euromísseis e retirar os que já foram instalados» ■ A comissão «Al Qods» da Conferência Islâmica lança um apelo aos países islâmicos para que rompam relações diplomáticas com El Salvador e Costa Rica, cujas embaixadas foram transferidas de Telavive para Jerusalém.

21
Sábado

Lúcio Lara

A Associação 25 de Abril anuncia o seu apoio à manifestação convocada pelas organizações promotoras das comemorações populares do X aniversário do 25 de Abril, em Lisboa, para o Rossio. Mário Tomé, Salgado Zenha, Carlos Costa, Maria de Lurdes Pintasilgo e Carlos Fabião são alguns dos oradores já confirmados pela organização ■ O Secretariado Distrital da União dos Sindicatos de Évora repudia a acção terrorista reivindicada pelas autodenominadas «FP 25», que provocou a destruição do carro do director das Finanças daquela cidade; a explosão não provocou vítimas ■ O almirante Rosa Coutinho, convidado de honra às comemorações do 25 de Abril em Angola, afirma em conferência de imprensa em Luanda que «o significado histórico do 25 de Abril transcende as fronteiras de Portugal» ■ A Câmara Municipal de Loures promove uma homenagem a 14 colectividades e sete bandas de música do concelho consideradas como força essencial da cultura popular ■ A Ordem dos Advogados do Brasil anuncia que os dois jornalistas e os seis elementos do Movimento pela Não Violência presos no interior da catedral de Brasília, estão incomunicáveis, ao abrigo do estado de emergência decretado pelo presidente Figueiredo ■ Milhares de pessoas manifestam-se na RFA protestando contra o rearmamento mundial e o estacionamento dos euromísseis, nas chamadas «Marchas da Páscoa».

22
Domingo

Rosa Coutinho

O Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, critica «os que, investidos na missão de governar (...) pretendem divertir a opinião pública com jogos de questões secundárias e intrigas palacianas» ■ 19 mortos e cerca de 270 feridos é o balanço trágico da «Operação Páscoa», ainda provisório ■ O governador civil do Porto divulga o programa «oficial» das comemorações do 25 de Abril, composta apenas de ranchos folclóricos e de um desfile de bandas, o que faz lembrar a velha maneira do SNI fazer as suas comemorações de datas gratas ao povo português ■ A Grã-Bretanha corta relações diplomáticas com a Líbia e ordena a saída do país de todo o corpo diplomático líbio ■ A Frente Polisário anuncia em Argel que Marrocos prepara uma nova escalada militar no Saara Ocidental ■ Lúcio Lara acusa os racistas da África do Sul e o grupo fantoche da Unita pelo atentado de Huambo que provocou uma centena de mortos entre a população civil ■ Brasília encontra-se isolada do resto do país, na sequência da declaração do estado de emergência: as manifestações para a realização de eleições directas para a presidência do Brasil foram proibidas.

Editorial

MANTER ABERTAS AS PORTAS QUE ABRIL ABRIU

Hoje os cravos vermelhos da Revolução de Abril flamejam nos peitos e nos rostos. É dia de Festa e de Luta.

Há dez anos o Povo português quebrou as algemas do fascismo e libertou-se. O 25 de Abril é uma data que se inscreve com letras de fogo no rico historial de luta do nosso povo e entra na história dos grandes feitos do processo universal de emancipação popular.

Há dez anos, também os povos dominados pelo colonialismo português romperam as cadeias da opressão colonial, tomaram nas próprias mãos os seus destinos.

A dez anos de distância a epopeia dos jovens Capitães de Abril vive e continua, pulsa no coração das massas populares, acende novas esperanças.

Este X Aniversário da Revolução ocorre, porém, em condições muito particulares: nunca foi tão grave e séria a ameaça contra as suas grandes conquistas democráticas, a partir das áreas do Poder, nunca foi tão determinada e viva a resistência popular ao avanço da contra-revolução, nunca foi tão clara e aberta a oposição do povo às investidas restauracionistas das velhas forças sociais e políticas desapossadas do Poder há dez anos hoje sob a iniciativa do Governo PS/PSD.

Singularmente, pela primeira vez no decurso destes dez anos da Revolução, as comemorações do 25 de Abril assumem aspectos de paradigma.

É o povo que chama a si o papel de legítimo guardião das tradições mais significativas da Revolução de Abril e das suas comemorações nacionais e é o Governo dirigido por Mário Soares que assume um papel de gendarme, que cava à sua volta o fosso da divisão e do seu isolamento das massas populares e do próprio País de Abril.

Em toda a parte no território nacional e nas comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo são os organismos populares mais representativos que, com os Capitães de Abril tomam a iniciativa das celebrações, lhes dão o cunho verdadeiramente popular e patriótico, lhes imprimem autenticidade.

E é o Governo Soares/Mota Pinto, na linha coerente da sua política de direita e de alienação nacional, que procura subtrair ao povo a praça pública, que manda arrancar cartazes e faixas de propaganda das comemorações populares, (usando mesmo a polícia de choque contra populações como aconteceu há três dias em Carenque), é o Governo que ordena o silenciamento das iniciativas unitárias das comemorações de Abril nos órgãos de comunicação social do Estado e que introduz na sua mesquinha falsificação do espírito de Abril pessoas, entidades e forças que nada têm de comum com o 25 de Abril, com a democracia portuguesa, com a nossa Pátria.

É significativo que o Governo PS/PSD — que por intermédio de Mário Soares e Mota Pinto tem colocado Portugal a reboque dos interesses económicos e estratégicos do imperialismo, designadamente dos Estados Unidos, e que se propõe transformar o País numa base de guerra nuclear dos Estados Unidos e da NATO — tenha agora ignorado nas comemorações aqueles que mais legitimamente merecem a homenagem dos portugueses, os Capitães de Abril, e tenha dado aos militares da NATO e potências envolvidas no agravamento da tensão internacional, o papel relevante nas suas diversões do 25 de Abril.

É significativo que na chamada «comissão oficial» da caricatura governamental das comemorações de Abril tenha posto jurados inimigos da democracia e do 25 de Abril e nomeado para as orientar um porta-voz das forças antidemocráticas, um reaccionário conhecido pelas suas raivosas diatribes contra a democracia e contra as conquistas de Abril.

Neste X Aniversário da gloriosa vitória do Movimento das Forças Armadas fica claro quem está com e quem está contra o 25 de Abril, fica claro que é o povo quem guarda o viço dos cravos vermelhos da Revolução e que é o Governo Soares/Mota Pinto quem inutilmente os quer fazer murchar.

Neste X Aniversário o Povo português tem fortes motivos de preocupação pelos destinos de Abril por tudo o que Abril abriu e também fortes motivos de confiança nos dias vindouros.

O Povo português, em particular os trabalhadores, interrogam-se sobre os desígnios sombrios do Governo Soares/Mota Pinto, vêem com apreensões os efeitos nocivos da sua política antioperária, antipopular e antinacional.

O 25 de Abril foi a conquista da liberdade — mas não da liberdade de roubar os salários de quem trabalha, da liberdade de atirar para o desemprego centenas de milhares de trabalhadores, da liberdade de levar a miséria e a fome aos seus lares, da liberdade de agravar a níveis insustentáveis as condições de vida do povo.

Foi para garantir o processo social e económico do País que os jovens Capitães de Abril fizeram há dez anos derruir o regime fascista e triunfar a Revolução e não para provocar a ruína económica, para agravar a injusta repartição do produto nacional, para encerrar fábricas, para restituir aos monopólios e aos latifundiários as posições que perderam no processo da Revolução, para operar a desertificação e a indigência nos campos.

Foi para reforçar e defender a independência nacional e não para vender o País em almoeda ao capital estrangeiro, para abrir de novo as portas ao domínio das grandes multinacionais. Para robustecer a nossa soberania e não para entregar as rédeas do nosso desenvolvimento económico e o controlo da nossa política financeira aos abutres do FMI.

***Foi para transformar ao serviço do povo e do País a nossa estrutura económica e social que os portugueses civis e fardados* conquistaram a liberdade de ordenar em novos moldes a vida nacional e não para destruir as nacionalizações dos sectores básicos da nossa economia e fazer a sua entrega ao capital estrangeiro, que promoveu a defesa da Reforma Agrária nos campos do Ribatejo e do Alentejo e não a reconstituição dos latifúndios.**

Foi para elevar o salário real dos trabalhadores e não para o minguar cada vez mais, foi para dinamizar a economia, a produção e o mercado nacionais e não para os degradar e para os condenar à recessão e ao desastre.

Foi para abrir uma nova era de liberdade e de legalidade democrática na sociedade portuguesa que em 25 de Abril foi derrotado o fascismo, abertas as portas das prisões políticas, desmantelada a PIDE e as organizações fascistas.

E não para as violações constantes da legalidade e da Constituição democráticas, para o renascimento da repressão política e de novas polícias políticas nos moldes do passado, para o retorno da violência contra os trabalhadores e o povo.

E, entretanto, é tudo isso que é a própria negação de Abril o que informa a política antidemocrática do Governo Soares/Mota Pinto.

O Governo PS/PSD sob a chefia de Mário Soares, levou a situação nacional e a crise aos limites da degradação económica, social, política, institucional.

Entretanto, neste X Aniversário da Revolução de Abril, há poderosas razões de confiança em melhores dias, motivos sólidos para acreditar na força indestrutível dos ideais de Abril, e do movimento operário, popular e democrático para se conseguir uma necessária mudança de política e de Governo.

Cresce a resistência do povo à política PS/PSD, multiplicam-se diariamente lutas e acções das mais variadas em defesa das reivindicações populares mais sentidas, a base de apoio das forças democráticas alarga-se e simultaneamente reduz-se de maneira sensível a base de apoio da coligação governante.

Nas fábricas, nos campos, nos escritórios, nas escolas, no Poder Local democrático, na luta política e social, avoluma-se a oposição à clique Soares-/Mota Pinto, amadurecem rapidamente as condições para uma alternativa democrática.

As comemorações populares do 25 de Abril e a jornada do 1.º de Maio irão mostrar isso mesmo.

A dinâmica do movimento popular de massas opera cada dia novas transformações favoráveis a uma mudança de política e de Governo.

É com renovada confiança que hoje nas ruas de Portugal, o espírito de Abril, os ideais libertadores do 25 de Abril, se manifestam de maneira pujante e concludente.

Torna-se cada vez mais claro que para continuar Abril, para defender e viver Abril é imperioso correr com o Governo Soares/Mota Pinto, é urgente uma nova política, é indispensável avançar com uma alternativa democrática que restitua na vida do povo e do País a genuinidade da Revolução de Abril.

***Dez anos depois da gesta heróica* dos jovens *Capitães a evocação do seu memorável feito* deve constituir um autêntico reencontro de democratas e patriotas, uma peremptória afirmação para manter abertas «as portas que Abril abriu».**

E a mesma convicção que hoje encherá os *peitos de milhões de portugueses e fará reflorescer os cravos vermelhos de Abril aqui fica:*

25 de Abril sempre!
Fascismo nunca mais!

Nota da Distrital de Évora do PCP

«Acto bombista e terrorista das forças da reacção» que merece o mais enérgico repúdio e condenação — assim se refere o comunicado da Comissão Distrital de Évora do PCP ao rebentamento dum petardo na madrugada do passado dia 20 na Av. D. Afonso Henriques na cidade de Évora, contra um automóvel propriedade do director de Finanças do distrito.

Na nota, intitulada «bombismo e provocação na cidade de Évora», o PCP chama a atenção das populações para o carácter provocatório daquele acto bombista reivindicado segundo a comunicação social pelas denominadas «FP 25 de Abril» como forma de «represália contra o director de Finanças» e em «defesa» dos trabalhadores da Reforma Agrária.

Depois de denunciar os objectivos das acções terroristas (é a «mão da reacção»), a Comissão Distrital de Évora do PCP exige que os bombistas sejam presos e julgados.

Sábado, no CT de Alcântara

Assembleia da Célula da CDL

Inicialmente prevista para data anterior, decorrerá no próximo sábado, dia 28, a Assembleia da célula do PCP da CDL-Central Distribuidora Livreira.

O início dos trabalhos está marcado para as 14 e 30, no CT de Alcântara, em Lisboa.

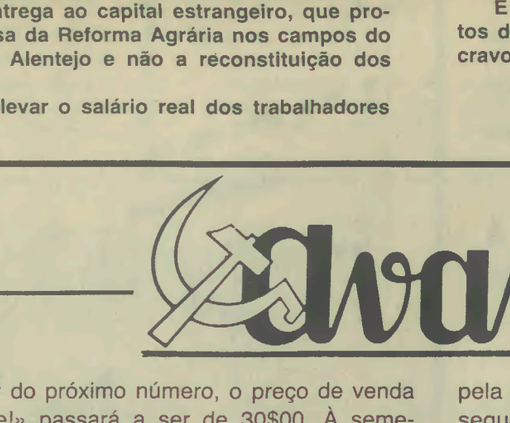
Avante!

A partir do próximo número, o preço de venda do «Avante!» passará a ser de 30$00. À semelhança do que tem vindo a acontecer, o nosso jornal acompanha assim o preço dos jornais diários, mantendo-se bastante abaixo do preço dos outros semanários portugueses.

Tendo em conta a situação de crise que a política do Governo PS/PSD quotidianamente agrava e que recai essencialmente sobre os trabalhadores que constituem a esmagadora maioria dos leitores do «Avante!», a decisão de aumentar o preço foi cuidadosamente avaliada. A realidade contudo claramente a impõe.

Na verdade, para além dos aumentos de custos que afectam toda a imprensa (papel, combustíveis, outras matérias-primas, etc.), o «Avante!», pela sua qualidade de órgão central do PCP, nem sequer conta com duas importantes fontes de receitas da restante imprensa: o subsídio oficial de papel e a publicidade.

Nestas circunstâncias, só a elevada tiragem do «Avante!» assegurada pela sua distribuição e venda militante através das organizações do Partido assegura não só a expansão e influência do nosso órgão central, como também a sua própria viabilidade económica. Tal como só a militância e empenhamento das organizações assegurará que o inadiável ajuste de preço a que somos forçados a proceder não afecte o determinante papel do «Avante!» no trabalho político e orgânico do nosso grande colectivo partidário.



OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX/ENGELS

OBRAS ESCOLHIDAS DE LÉNINE

Obras fundamentais dos fundadores do socialismo científico em 6 volumes.

edições Avante!
e Editorial Progresso

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX. Tel.:768345

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL*. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º – 1000 Lisboa Tel. 769744 769751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 769725 769722.

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 – 2.º – 1000 Lisboa Tel. 779828 779825 769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 693908 699615.

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra. Tel. 28394.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 766402.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 776936 776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

Composto e impreso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/84

Tiragem média do mês de Março: 45 750

Nacional

Festejar Abril, defender Abril

Comemora-se nestes dias em todo o País e em todas as partes do mundo onde vivam portugueses a gloriosa data do 25 de Abril. São centenas e centenas de iniciativas de carácter intrinsecamente popular, com os trabalhadores deste País a festejar mais uma vez o que ao longo de dez anos têm vindo a construir e a defender: o Portugal de Abril.

As comemorações em Lisboa e Porto ganharão naturalmente particular relevo (fazemos a seguir uma breve resenha das iniciativas previstas para estas cidades). Mas relevo terão todas, por igual, num aspecto: no que todas significarão de repúdio pela política do Governo Soares/Mota Pinto e de exigência de uma alteração radical na política portuguesa, o que passa pela urgente demissão deste Governo anti-Abril.

O 25 de Abril tem dez anos, mas a política de direita no nosso País já vai em oito. PS, PSD e CDS, sozinhos ou aliados entre si, têm «abastecido» sucessivamente essa governação desastrosa, conduzindo sistematicamente uma política contra o 25 de Abril, contra as aspirações populares, contra os interesses nacionais. São eles que há oito anos persistem numa feroz ofensiva para que o grande capital reconquiste o poder e os privilégios que perdeu em 25 de Abril e para que sejam varridas as suas conquistas.

Assim, neste 10.º aniversário da Revolução dos Cravos importa mais que nunca estar em todas as comemorações e iniciativas — defender Abril, festejando-o. Importa encher ruas, praças, e todos os locais onde decorram as iniciativas populares para mostrar como é grande o repúdio do nosso povo pelos que atraiçoam e procuram destruir o Portugal democrático.

Todos à grande jornada do 25 de Abril. A luta continua, Abril vencerá!

Em Lisboa

A APU promove hoje à noite, no Rossio, um grande espectáculo comemorativo do X Aniversário do 25 de Abril, iniciativa com que assinalará o início dos festejos populares na capital

Já com fortes tradições na cidade, esta jornada — «As Portas que Abril Abriu», assim lhe chamaram este ano os seus promotores — começará às 21.30 horas e conta com a participação de António Montez, Banda SFUCO, Fernando Tordo, Grupo Coral «Os Amigos do Barreiro», Helena Isabel, Henriqueta Maya, Isabel Cid, José Jorge Letria, Luís Filipe Costa, Nuno Gomes dos Santos, Pedro Carmo, Samuel e Teresa Paula Brito.

Para além do palco principal estarão em funcionamento outros dois onde serão projectados *slides* e filmes e por onde passarão grupos corais e o Grupo de Intervenção Cultural (GIC), entre outros.

No vasto largo do centro de Lisboa estarão também em funcionamento vários *stands* e bares e um local especialmente dedicado à venda de cravos.

Para amanhã as comemorações terão o seu momento alto no desfile marcado para as 15 horas, do Marquês de Pombal ao Rossio, local onde se realizará um comício em que intervirão oradores representativos do vasto leque unitário que caracteriza a comissão promotora.

Entretanto, também amanhã, das 10 às 13 horas, os Pioneiros de Portugal promovem uma manhã infantil a decorrer no Parque Eduardo VII.

Do vasto programa destacam-se jogos diversos, um espectáculo com canções, números de circo e teatro e ainda uma área reservada para pinturas e modelagem.

No comício do Rossio intervirão João Paulo Oliveira, Mário Tomé, António Galhordas, Carlos Costa, Salgado Zenha, Maria de Lurdes Pintasilgo, José Medeiros Ferreira, Cunha Leal e Carlos Fabião, em representação da Associação 25 de Abril.

No Porto

No Porto as Comemorações Populares do 25 de Abril também se iniciam hoje, na Baixa, com a «Passagem do Ano da Liberdade», um grande espectáculo de variedades acompanhado de um diaporama e que culminará com um fogo de artifício.

Para amanhã, dia 25, as comemorações iniciam-se com uma manhã infantil e com demonstrações desportivas (ginástica, judo, boxe, etc.) a que se seguirão jogos populares e uma Corrida da Liberdade (com partida da ex-PIDE e chegada à Praça da Liberdade).

À tarde será a Grande Festa Popular onde não faltarão música, ranchos, fanfarras, bandas, zés-pereiras, seguindo-se um cortejo de carros alegóricos.

Assembleia da República

Deputados PS/PSD/CDS na AR

Ter as «férias» em dia com os salários (dos outros) em atraso

Quando há precisamente uma semana a Assembleia da República cumpria o seu último dia de trabalho antes da Páscoa (só reabrirá amanhã, dia 25 de Abril), os partidos da maioria parlamentar, apoiados pelo CDS, rejeitariam *mais uma vez o pedido de urgência* requerido pelo PCP para um projecto seu, *em que se* defendia a punição criminal das entidades patronais *que* não paguem pontualmente os salários aos seus *trabalhadores*, ficando assim inviabilizado o posterior *debate e votação da proposta. Mais uma vez ficou adiada a solução do problema.*

PS, PSD e CDS rematavam assim com «lógica» a sua actuação parlamentar da semana passada: primeiro aprovariam na generalidade uma nova polícia política para reprimir os trabalhadores e afogar os seus direitos, liberdades e garantias. Depois recusar-se-iam a castigar o patronato sabotador, criminoso e venal que neste momento já deve qualquer coisa como 26 milhões de contos a 100 000 trabalhadores com salários em atraso. E foram muito sossegados, os senhores deputados pêésses, pêpêdês e cêdêésses, para as suas casas e famílias, sem problemas de vencimentos a perturbar-lhes as contas bancárias, a fruição da Páscoa e o sentimento do «dever cumprido». A bem da Nação.

No dia anterior, o deputado do PCP Álvaro Brasileiro abordaria na AR os problemas com que se debatem os agricultores, começando por afirmar que «quando milhares de agricultores pisam as ruas de Lisboa é porque a situação actual da nossa agricultura é verdadeiramente alarmante. Quando milhares de agricultores são capazes de vencer enormes distâncias — ao preço a que estão as viagens — e aceitam o sacrifício de um dia de trabalho, *é porque têm consciência das causas desta situação e das medidas concre*tas necessárias para vencer as dificuldades».

E mais adiante: «O agravamento da situação económica dos agricultores e as perspectivas de aprofundamento da crise que a política agrícola do Governo já tornou claras, fez-lhes compreender com clareza a demagogia das promessas com que o PS lhes levou os votos na campanha eleitoral, e que este Governo PS/PSD não tomou em conta nenhuma das principais reivindicações que têm vindo a ser feitas pela lavoura, como não tem tido em conta os interesses da economia nacional.»

As lutas do campesinato

Explicitando a situação ruinosa em que se encontra a nossa agricultura, o deputado Álvaro Brasileiro diria nomeadamente que «ainda há poucos meses tinham subido os preços dos produtos essenciais para a lavoura. Pois voltaram a aumentar os preços do gasóleo, dos pesticidas, da electricidade, da batata de semente, etc., e há ameaças de novos aumentos nos preços das rações, dos adubos, das sementes e outros. As organizações dos agricultores apresentaram propostas para combater o contrabando e as doenças do gado. As entidades responsáveis desprezaram essas propostas. Milhares de cabeças de gado foram abatidas. As indemnizações são insuficientes para repor o efectivo (e na maior parte dos casos os agricultores ainda não receberam essas indemnizações). Não há crédito apropriado para a compra de novos animais. As feiras foram encerradas mas não foram criadas condições para a saída do gado que os agricultores precisam de vender. O contrabando e o trânsito ilegal do gado continuam. Ganham os negociantes e aproveitadores sem escrúpulos e perdem os agricultores do País. Os viticultores precisam de vender o vinho, mas a JNV não garante o escoamento. Muitas adegas cooperativas estão em situação crítica (...)

E finalmente: «A gravidade destas situações que acabei de descrever, e que não são mais do que uma parcela do que se passa na agricultura deste país, tem levado nos últimos tempos a uma multiplicação de acções, movimentações e concentrações, algumas das quais chegaram a paralisar o trânsito, como aconteceu em Paredes de Coura, Braga, Caldas da Rainha, Canas de Senhorim, Covilhã, Vila Franca de Xira, Rio Maior, S. João da Pesqueira, Baixo Mondego, etc. etc.

«Este crescer de lutas do campesinato exprime por um lado a gravidade dos problemas e por outro o aumento da consciência entre os agricultores de que este Governo e esta política não servem. O desenvolvimento das lutas do campesinato prova que sectores sociais cada vez mais vastos, alguns dos quais há pouco tempo ainda incluídos nas áreas do PS e do PSD, se levantam contra o Governo e exigem outra alternativa política.»

Vergonhosa negociata

● Governo pede dinheiro emprestado à CEE para financiar a banca... privada!

1. O PCP considera necessário chamar a atenção da opinião pública para o gravíssimo significado da resolução do Conselho de Ministros número 25/84, publicada no «Diário da República» de 14 de Abril.

2. *Essa resolução* «aprova que seja efectuado através da utilização das facilidades de crédito concedidas a Portugal no âmbito do prolongamento das ajudas de pré-adesão à CEE um financiamento, no montante de 10 milhões de ecu's, que a Sociedade Portuguesa de Investimentos (SPI) vai contrair junto do Banco Europeu de Investimentos (BEI)».

3. Descontando as suas formulações propositadamente enviesadas, esta resolução do Conselho de Ministros significa, mais rigorosamente, que em nome da República Portuguesa o Governo contrai empréstimos (garantidos pela banca nacionalizada) junto do Banco Europeu de Investimentos para que uma empresa privada — a SPI — obtenha cerca de 1 milhão e 200 mil contos a taxas bonificadas para, como pretende, se transformar em banco privado.

4. Trata-se de mais um escandaloso facto que confirma inteiramente:

— Que a política do Governo PS-PSD está completamente convertida em instrumento e alavanca essencial da restauração do poder e das posições do grande capital, em deliberado sacrifício e prejuízo da economia e dos interesses nacionais;

— Que grossa fatia das chamadas «ajudas» de pré-adesão, longe de constituirem reais ajudas para que as actividades produtivas nacionais possam vencer as dificuldades e sair da crise, constituem, sim, generosas ajudas a grandes grupos privados voltados para a especulação e para o controlo de importantes mecanismos financeiros;

— Que toda a campanha política e ideológica que o grande capital e os seus partidos conduzem contra «a intervenção do Estado na economia» visa unicamente combater a intervenção do Estado ao serviço da economia e dos interesses nacionais, já que o grande capital beneficia e exulta com a colocação ao seu serviço dos instrumentos legislativos e administrativos do Estado, como acontece sistematicamente com o Governo PS-PSD.

5. A derrota e a demissão do Governo PS-PSD, sendo necessária a muitos outros títulos e por muitas outras razões de carácter democrático e patriótico, é também necessária e urgente para fazer terminar a criminosa sangria de recursos e dinheiros públicos em favor do grande capital, para pôr termo às acções em curso de verdadeiro saque da economia nacional, para deter e erradicar a gangrena da corrupção instalada a altos níveis de decisão governamental e que vergonhosas negociatas como a deste empréstimo à SPI mais vêm colocar em evidência.

18.4.84

A SIP do PCP

Terra

Reforma Agrária

Governo insiste na ilegalidade trabalhadores opõem resistência

Transformando o arbítrio e a violência quase em força de lei, dando cobertura e apoio a toda a espécie de desmandos, aí está de novo o Governo liderado por Mário Soares a retomar a ofensiva contra a Reforma Agrária. Desta feita – demarcando reservas ilegais em várias UCPs/Cooperativas num processo recheado de trafulhices, onde não faltaram as declarações e documentos falsos – o Executivo conseguiu ultrapassar uma vez mais pela direita e em grande velocidade os seus antecessores.

Quem recentemente trouxe a público este lamentável estado de coisas foi o Secretariado das UCPs/Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora que para o efeito elaborou um comunicado onde denuncia alguns casos que atestam bem o carácter profundamente antidemocrático deste Governo e a sua indisfarçada intenção de repor nos campos do Sul as desigualdades, o atraso económico e a miséria existentes antes do 25 de Abril.

1.ª vigarice

Vejamos dois ou três casos suficientemente esclarecedores. Na UCP Aguiar, em Viana do Alentejo, o MAP/MAF tentou brindar o agrário Fernando Carlos Salgueiro Pinto da Costa nada mais nada menos do que com 74 cabeças de gado bravo e aves, 15 mil fardos de feno e palha e 56 490 quilos de aveia, cevada e trigo, entre outros bens. Um pequeno contratempo surgiu entretanto quando os técnicos do MAP se aprontavam para levar a cabo a tarefa, impedindo que tal intento fosse por diante: todos aqueles bens haviam sido entregues há mais de quatro anos, conforme o próprio agrário acabou por reconhecer posteriormente. Isto é, o Ministério da Agricultura preparava-se para cometer uma verdadeira fraude que só não resultou graças à vigilância e à mobilização dos trabalhadores.

Não contente apenas com uma vigarice, na mesma UCP, e no mesmo dia, o Governo tentou entregar 694 hectares a António Simplício Zorro Capoulas.

Saiu-se de novo mal e face a tamanha ilegalidade – contrariando aliás, um parecer da Procuradoria Geral da República – o Governo encontrou pela frente a firme resistência de meio milhar de trabalhadores que goraram os seus projectos.

2.ª vigarice

Mais recentemente foram as UCP's/Cooperativas «Adaval» no concelho do Redondo e a «23 de Setembro» do Freixo que se viram espoliadas de mais terras para agrários que já anteriormente haviam recebido reservas. Sucede que o próprio MAP do Governo da então AD foi da opinião na altura de que só haveria lugar para uma reserva. Entretanto, hoje, o Governo PS/PSD em resposta aos pedidos dos agrários, dá o dito por não dito e sem quaisquer fundamentos novos, afirma que afinal sempre há lugar para mais uma reserva.

Mas, mais grave ainda, conforme sublinham os trabalhadores, é que tanto uma como outra reserva tenham sido entregues com base em fundamentos falsos. Com efeito para que um dos agrários pudesse receber a maior reserva possível a então governadora civil de Évora, Mariana Calhau Perdigão do PPD/PSD passou em 1980 uma declaração falsa afirmando que ele residia naquela freguesia há 32 anos.

3.ª vigarice

Por último registe-se o caso passado na UCP «Poder Popular», em Montemor-o-Novo, com a entrega de uma reserva de 398 hectares na herdade «Sesmarias e Gavião» ao agrário João Tiago Nunes Mexia. É elucidativo quanto às preferências dos agrários e do MAP/MAFA e à sua inclinação pelas terras das unidades de produção.

Tudo começa com a entrega de uma reserva ao agrário em 1980. Não satisfeito com a sua localização por achar que o local mais indicado seria na área da Cooperativa, o agrário reclama junto do Ministério. Solícito, este, não demora a satisfazer as pretensões do agrário e procura entregar-lhe herdades que antes da Reforma Agrária estavam completamente abandonadas mas que posteriormente os trabalhadores puseram a produzir e nas quais efectuaram investimentos da ordem dos 29 mil contos.

Os efeitos desta política de destruição, criminosa e insensata, são bem visíveis: por um lado, a imagem desoladora de terras, barragens, infra-estruturas, equipamentos, pomares e outros recursos tirados à Reforma Agrária votados ao abandono ou subaproveitados; por outro, paradoxalmente, o desemprego a crescer, a impedir que o pão chegue a muitas casas do Alentejo e Ribatejo.

Daí a vontade e o empenho crescente de quantos desejam o fim desta política e deste Governo, a reposição da legalidade, de uma política democrática e nacional.

Pela sua parte os trabalhadores e organizações da Reforma Agrária parecem não poupar esforços para dar o contributo possível para que tal aconteça.

PCP

SETÚBAL

Do flagelo dos salários em atraso à firme luta de massas

Reunido recentemente em Almada, o plenário de quadros da Organização Regional de Setúbal analisou a situação social que se vive no distrito e as poderosas lutas de massas que aí ocorrem como forma de protesto face à grave situação em que se encontram já milhares de famílias (particularmente dos trabalhadores do sector naval e metalúrgico). «A fome já se instalou em muitos lares» — salientou o plenário, cujas conclusões, nos seus aspectos fundamentais, aqui deixamos à disposição do leitor, que encontrará um «retrato» fidedigno e muito objectivo da situação neste distrito de forte concentração operária.

No distrito de Setúbal os salários continuam a não ser pagos atempadamente e ascende a cerca de 2 milhões de contos a dívida a mais de 20 mil trabalhadores, sendo o sector metalúrgico o mais afectado (Lisnave, Parry, SRN, CPP, Mecânica Setubalense, Cooperadora, Imperex, entre outras).

A fome já se instalou em muitos lares.

No entanto, nalgumas destas empresas mantêm-se elevados níveis de produção, recorrendo-se até ao serviço de empreiteiros (Lisnave e Setenave) ao mesmo tempo que são despedidos trabalhadores.

Tudo isto tem a cobertura do Governo, sob o falso pretexto da viabilização das empresas. Igualmente sob o mesmo pretexto e na tentativa de despedimentos, instala-se a intimidação, a repressão e o medo, intensifica-se a exploração sobre os trabalhadores aos quais, em muitos casos, são retirados ou limitados importantes direitos e regalias anteriormente adquiridos através da luta.

A liquidação do sector público e nacionalizado está na mira do Governo, sendo um dos seus objectivos imediatos o desmembramento de empresas públicas como a Quimigal, a Siderurgia, a RN, a CP, a EDP e outras. A recente decisão do Governo de extinguir a CPP é disto prova.

Na Reforma Agrária continua a agravar-se a ofensiva, acentuando-se as ilegalidades e ameaças, provocando a baixa de produção, o desemprego e a fome e restaurando latifúndios.

As camadas intermédias, nomeadamente os pequenos e médios comerciantes, industriais e agricultores sentem com justificada preocupação os efeitos nefastos da política económica do Governo, virada unicamente para a recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

Nas autarquias locais a ofensiva adquiriu novas formas, altamente lesivas do Poder Local democrático e dos interesses das populações: não se ficando por não aplicar na íntegra a Lei das Finanças Locais, o Governo publicou o «pacote antiautárquico» que não só limita gravemente a autonomia e o conteúdo democrático das autarquias, como acentua a sua asfixia financeira e administrativa e coloca na perspectiva do desemprego mais de 1200 trabalhadores no nosso distrito.

A constante subida dos preços, agravada ainda com a anunciada intenção de aumentar as rendas de casa para níveis incomportáveis, a par do bloqueio à contratação colectiva de trabalho, reduz drasticamente o poder de compra dos trabalhadores e torna insuportável a vida de milhares de famílias, no distrito.

Submarinos nucleares continuam a estacionar junto à Trafaria, representando a submissão deste Governo aos interesses belicistas do imperialismo e da NATO e uma autêntica ameaça à Paz e à própria integridade territorial.

A repressão está na ordem do dia. Por exigirem uma audiência há muito pedida ao Primeiro-Ministro, 285 activistas sindicais e membros de CT's foram presos. É este o «diálogo» do Governo e o seu conceito de «concertação social».

O povo não está «resignado»

Por todo o distrito tem-se desenvolvido um amplo movimento de massas que, apesar da resposta do Governo e do governador civil de Setúbal ser ou o silêncio ou a polícia de choque, tende a caminhar para novas e mais potentes formas de luta, em defesa da democracia e das conquistas de Abril e por melhores condições de vida e de trabalho.

A classe operária, os trabalhadores, a população do distrito, têm lutado incansavelmente, como o demonstraram:

- os trabalhadores da indústria naval que, para alertar a opinião pública para o problema dos salários em atraso, cortaram o acesso à ponte 25 de Abril, caindo sobre eles a brutalidade das forças policiais, a mando do Governo;
- os trabalhadores do concelho de Almada que, para protestar contra a destruição da CPP, concentraram-se junto da Câmara Municipal e desfilaram pelas ruas, não temendo a presença provocatória da polícia de choque;
- milhares de mulheres que, para exigir a criação de um cabaz de compras, subscreveram um abaixo-assinado e, no 8 de Março, manifestaram junto das autarquias locais o seu descontentamento pela degradante política do Governo;
- os trabalhadores agrícolas que, para denunciar a fome que alastra no sul do distrito e exigir Trabalho e Pão, marcharam durante dois dias para Setúbal onde milhares de pessoas se associaram àquela impressionante jornada de luta;
- mais de 20 mil trabalhadores que, para provar a sua solidariedade com os activistas sindicais presos, defender as liberdades democráticas e pressionar o Governo a recebê-los, manifestaram-se em S. Bento, forçando o Primeiro-Ministro a marcar a audiência;
- centenas de professores que, para exigir a demissão do ministro da Educação e lutar por uma nova política educativa, integraram-se na Manifestação Nacional do Ensino, realizada em Lisboa. A esta luta associaram-se também estudantes, recolhendo milhares de assinaturas por todo o distrito;
- os jovens que, para exigir uma política virada para a resolução dos problemas da juventude, nomeadamente o acesso ao Ensino e ao Emprego, manifestaram-se em Lisboa numa demonstração de confiança no Futuro. As comemorações do Dia do Estudante e do Dia Nacional da Juventude, foram pontos altos desta luta, mobilizando largos milhares de jovens em todo o distrito;
- centenas de reformados que, para protestar contra as pensões de miséria a que estão condenados, exigir condições sociais de apoio à terceira idade, bem como o MURPI ser reconhecido como parceiro social, desfilaram em Lisboa, integrando a Marcha da Fome;
- milhares de trabalhadores das autarquias que, contra a aplicação do «pacote antiautárquico», participaram na concentração em Lisboa, promovida pelo STAL;
- os agricultores que, para protestar contra a grave situação em que se encontram e reclamar que o caderno reivindicativo, já várias vezes colocado ao Governo, seja atendido, participaram activamente na grande Jornada Nacional da Lavoura, em Lisboa. No distrito, levantam-se contra o elevado preço da água imposto pela Associação de Regantes de Alto Sado e a plantação de eucaliptos no Cercal;
- pequenos e médios comerciantes e industriais que, em resultado da quebra acentuada das vendas, dos altos juros praticados, dos crescentes encargos e da ameaça de falências, promoveram plenários e reuniões em diversos concelhos e realizaram o seu Encontro Distrital, participando de forma crescente na luta;
- o movimento cooperativo do distrito, representando cerca de 180 cooperativas de produção, consumo e habitação, para denunciar e reprovar a política económica de asfixia e ruína, do actual Governo, realizou um debate distrital que culminou a realização de reuniões concelhias de particular interesse;
- mais de 20 mil trabalhadores que, para protestar contra os salários em atraso, reclamar melhores condições de vida e exigir o fim da repressão, marcharam em direcção a Almada, numa imponente manifestação de força, determinação e combatividade.

Em todas as acções a tónica comum foi a exigência de uma nova política e de um outro governo, que salvaguarde os interesses dos trabalhadores e do povo português, que garanta e assegure a continuidade do regime democrático e a independência nacional.

As lutas travadas mostraram que valeu e vale a pena lutar. Que pela luta foi possível alcançar significativas vitórias, infligindo importantes derrotas ao Governo e à política que tenta impor. De destacar o exemplo da luta contra os aumentos do pão e dos transportes que impediu o Governo de os concretizar.

Pela luta, os trabalhadores e o povo do distrito demonstraram que a política do Governo Mário Soares/Mota Pinto não serve o País. Que é urgente demitir o Governo. Que há condições para uma alternativa democrática e patriótica.

28 de Abril, dez anos depois

BARREIRO: novo Centro do Partido é inaugurado no próximo sábado

28 de Abril, 1974 — exactamente dez anos depois da abertura a nível nacional do primeiro Centro de Trabalho do PCP a seguir ao 25 de Abril, a vila operária do Barreiro, terra de profundas tradições de luta, vai inaugurar em ambiente de festa vibrante o novo Centro do Partido, moderno edifício de seis pisos situado na Rua Miguel Bombarda.

Das diversas iniciativas que constam do programa comemorativo (que decorrerá até 6 de Maio) destacamos já para o próximo sábado o comício-festa com a participação do secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal, que se iniciará por volta das 16 e 30, no Largo do Nicola, perto do novo CT.

Na parte da manhã será descerrada uma lápide na casa onde funcionou o 1.º Centro do PCP logo após o 25 de Abril, momento em que usarão da palavra Alvaro Cunhal e Hélder Madeira (presidente da CM do Barreiro).

O sábado que se aproxima será dia de grande festa popular no concelho, isto poucos dias depois de «outra» festa que praticamente se junta e se liga à festa de inauguração: as comemorações do 25 de Abril.

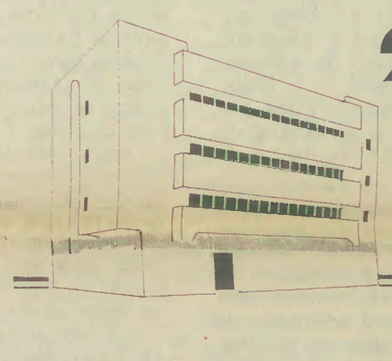
Festa da democracia e da liberdade, a inauguração do novo CT decorrerá certamente com o entusiasmo vibrante da população local, que nos últimos anos tem dado o seu apoio à campanha realizada pela organização do Partido para fazer face aos múltiplos encargos que uma obra desta envergadura obrigatoriamente levanta e que só não foram ainda mais elevados devido ao trabalho voluntário prestado por numerosos militantes e outros trabalhadores, à solidariedade materializada em várias ofertas e, naturalmente devido à própria simplicidade da obra, sem recurso a qualquer tipo de «luxos» e optando sempre pelas soluções tecnicamente mais correctas e económicas, tudo isto sob uma administração de rigor e constante acompanhamento.

E já que falamos de campanha e de apoio financeiro à construção do Centro, é de sublinhar a necessidade — como nos foi apontado pelos camaradas da comissão responsável (a pró-Centro) — de prosseguir e em certos aspectos de reforçar a dinâmica dessa campanha, avançando na recolha de fundos através das iniciativas e das acções possíveis no âmbito da actividade da organização.

O encerramento da campanha está previsto para 30 de Junho próximo, sendo agora necessário não deixar cair os braços, pois existem encargos ainda não satisfeitos e, como toda a gente sabe, os compromissos assumidos pelo Partido são ponto de honra, a cumprir sempre no momento exacto. Com empenhamento, com espírito de imaginação e criatividade, sensibilizando as populações, os militantes e amigos do Partido, prosseguindo os contactos e a realização de iniciativas, a campanha terminará certamente com êxito e no prazo mais breve possível.

É neste espírito e também como demonstração da política aberta do Partido no seu contacto a **toda** a população que foi enviada a todos os residentes no concelho uma carta convidando a participar nas jornadas de inauguração do novo CT, edifício que é desde já uma casa aberta a todos os trabalhadores e a toda a população, mais um instrumento para o reforço e melhoramento da actividade do Partido e da sua ligação às massas populares, e também da defesa da democracia e do espírito libertador de Abril.

A par dos fundos obtidos na sequência desta carta-convite (a recolha dos donativos ainda não está completa), é de referir outras iniciativas já em marcha, como é o caso da venda dos medalhões, cinzeiros, copos, autocolantes e outras lembranças que assinalam a abertura da nova casa do Partido. Atenção também ao mealheiro que funciona no Centro e à venda da *garrafa de aguardente especial...*



inauguração do Novo Centro de Trabalho

Comissão Concelhia do Barreiro do P.C.P.

Programa completo da inauguração

É o seguinte o programa completo dos «festejos de inauguração» do novo Centro de Trabalho do PCP no Barreiro:

Dia 28 de Abril (sábado)

08.00 h — lançamento de morteiros em todo o concelho;

10.00 — descerramento de uma lápide no primeiro Centro de Trabalho do PCP aberto depois do 25 de Abril (Rua Eusébio Leão, Barreiro). Intervenções de Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e Helder Madeira, presidente da Câmara Municipal do Barreiro, membro do CC. Participação da Banda do Barreiro e dos Pioneiros de Portugal. Estarão também presentes outros grupos para animação desta parte do programa.

10.45 — visita ao actual Centro de Trabalho (Rua Vasco da Gama).

11.15 — saída do CT com passagem pela Av. Alfredo da Silva e Miguel Bombarda, em direcção ao novo Centro, situado na artéria principal da vila.

11.45 — visita ao novo Centro de Trabalho.

(**Durante a manhã** — *actuações de ranchos, bandas, grupos corais e de animação nas freguesias do Lavradio, S. André e Barreiro, convergindo para o novo CT às 11 e 15.*)

12.30/14.30 — almoço-convívio no «Nicola» com a participação do camarada Álvaro Cunhal e de outros membros da direcção do Partido.

15.00 — festa popular no Largo do Nicola com a exibição de ranchos, coros, bandas e outros agrupamentos.

16.30 — *comício com* Álvaro Cunhal*; além do secretário-geral do PCP, intervirão neste comício um elemento da Direcção Regional de Setúbal, camarada Carlos Humberto, responsável da organização concelhia; e um membro da Comissão Concelhia do Barreiro, camarada Jorge Pires. Está prevista a entrega de ofertas à CC por várias organizações do Partido.*

Ainda no dia 28 — abrem nas instalações do novo Centro de Trabalho duas exposições: uma sobre a campanha pró-Centro, com abundante documentação sobre a actividade realizada praticamente desde 1975 no âmbito da campanha de fundos e das acções preparatórias da importante obra; além de elementos gráficos e fotos, serão expostos documentos que desde aquela data foram divulgados aos comunistas e população do Barreiro sobre o andamento da campanha; a outra exposição tem como tema a participação dos artistas plásticos nas grandes realizações do Partido (Congressos, Conferências, Festas do «Avante!»), e apresentará maquetas, reproduções de murais e de elementos decorativos e outros trabalhos idealizados por artistas plásticos.

Dia 29 de Abril (domingo)

Durante a manhã — provas de atletismo para diversos escalões etários, distribuição de taças, medalhões e diplomas-recordação (estes para todos os participantes).

16.30 — recepção no novo Centro às entidades oficiais, personalidades e estruturas populares (colectividades, comissões de moradores, sindicatos) e representantes de empresas que colaboraram na edificação do Centro.

Dia 2 de Maio

Início de um conjunto de realizações políticas e culturais no anfiteatro do novo Centro, que decorrerá até 6 de Maio.

21.30 — encontro com a poesia e a música de Abril; participação de Carlos Paredes, grupo «Cantares» e Joaquim Pessoa.

Dia 3 de Maio

21.30 — encontro sobre a paz, desanuviamento e situação internacional; participação de Domingos Lopes, suplente do Comité Central e membro da Secção Internacional do Partido.

Dia 4 de Maio

21.30 — encontro sobre a luta do Povo português; participação de Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

Dia 5 de Maio

17.00 — encontro com escritores e artistas plásticos.

Dia 6 de Maio

16.30 — encontro sobre economia; participação de Carlos Carvalhas, economista, membro do CC do Partido.

Comício com Álvaro Cunhal no sábado, às 16 e 30 no Largo do Nicola

Trás-os-Montes

Governo dári estrangula es

● DORT do PCP apre emen

«A par de outras pragas que vai fazendo cair sobre o povo português», as medidas do Governo PS/PSD, prosseguindo a política de direita dos anteriores go dos, «traduzem-se no estrangulamento absoluto do desenvolvimento da região», de Trás-os-Montes e A Douro, «em completo desacordo com as promessas eleitorais feitas há menos de um ano».

Comprovando o que atrás referimos, bastam algum observações à situação em que se encontram no p regional áreas como a indústria, a agricultura, os tra a saúde, o ensino, a habitação, o Poder Local e a regionalização.

Nem se tornam necessárias grandes prelecções. B alguns exemplos, recentemente apontados pela Dir Organização Regional de Trás-os-Montes (DORT) Aqui ficam como imagem nítida do que se passa n região do País profundamente esquecida e margina nos tempos do fascismo, e agora vítima também d política que nada resolve, uma política virada contr interesses nacionais e o desenvolvimento regional factos, sem comentários, aí estão:

Industrialização: retrocesso e não aproveitamento das riquezas

● Liquidação definitiva do PSN (Plano Siderúrgico Nacional) e o não aproveitamento dos Ferros de Moncorvo, importante projecto para o País e para o desenvolvimento da região.

● Empresas encerradas, em vias de encerrar ou com redução da produção, com o correspondente despedimento de trabalhadores: Milnorte, Vicominas, Minas da Borralha, Serafim Cabral, Nort ção Civil, etc.

● Ausência de o desenvolvimen a criação de pos lho: metalurgia aproveitamento in tencial hidroeléctr mento das águas termais, industr produtos agríco etc.

● Cachão — das dificuldades subaproveitamen dade instalada, atraso e débitos tores.

● Crescentes travam o investi

Agricultu a ruína

Nove me agravaram b tores de pro mais 65% e substancial — duas su não pagame Rações — n em mais 30 Pesticidas — 50 a 60%. cial — de gr paga, mais Produção mais na mã rios: **Leite — bo: mais de**

Madeira: Orçamento

O que o presi do Governo Regional

«O maior repúdio por parte de todos os que se preocupam com o futuro da nossa Região» — *é o* — merece a última intervenção do presidente do Gove Regional da Madeira, Alberto João Jardim, *no enc* do debate sobre o Orçamento e Plano, realizado h Assembleia Regional.

Comentando esse discurso do «líder» do PSD, a DORAM do PCP, em comunicado dirigido aos órgãos de Comunicação Social no passado dia 12, salienta:

«Abusando do tempo que lhe é concedido, escamoteando totalmente a realidade, o presidente do Governo Regional tentou arranjar «bodes expiatórios» para as dificuldades que se levantam à sua política, recorrendo aos estafados *slogans* anticontinente, como se o culpado da actual política fosse o resto do País, e não os partidos que nos têm governado incluindo o próprio PSD.

«O presidente do Governo Regional na sua intervenção não respondeu a uma única das questões levantadas pelo deputado do PCP, preferindo esgrimir contra fantasmas que ele próprio inventou para depois os rebater com toda a facilidade.».

E mais adiante:

Um «buraco» de milhões?

«O presidente do Governo Regional ocultou deliberadamente os erros orçamento do a fez por ignorar forma, para o act estão previstos contos de receitas qualquer possibil a ser cobrados.

«Tal como a sabe quando e rão os milhões vistos para se como empréstimo

«Isto significa Regional pretend gastar sem se p pagar, acumulan fornecedores e que, por sua vez aos seus trabalha

Acrescenta a PCP:

«Ou seja, ao te do Governo Re reconhecer, foi dos nós que subs lítica do seu gov

«De igual form te do Governo Re referir o fracasso nível dos sectore fugiu a referir-se balança de paga a referir-se aos

Festa no Seixa

Por iniciativa da Comissão Concelhia do PCP, vai no **Seixal** em Maio uma grande festa popular. É a Primavera, que decorrerá nos dias 4, 5 e 6 de Maio antigas instalações da «Elo», no Fogueteiro.
Aqui fica o programa — com atractivos para toda a

● Sexta-feira, dia 4 às 21.30 horas

Palco 25 de Abril: Helena Isabel; Nuno Gomes dos Santos; Samuel; Banda Rock Versus.
Auditório da Juventude: 21 horas — cinema; vídeo-tape.
Auditório Central: 21 horas — Encontro-debate sobre os problemas do Desporto; 22 horas, torneio de damas.

● Sábado, dia 5

Às 9 horas torneio de futebol de salão dos pioneiros;
Às 15 horas futebol de salão (torneio Festa da Primavera);
Às 15 horas torneio de xadrez;
Às 15 horas torneio de ténis de mesa.

Palco 25 de Abril
Às 16 horas: Tarde Infantil — Barata Moura; Palhaços; Rancho Folclórico do Sorraia; Rancho Folclórico do Pinhal de Frades; Pioneiros de Portugal.

Auditório
Às 14.30 horas — autarcas; o Pode ofensiva do Gover ares/Mota Pinto

Palco 25 de A
Às 21.30 horas — des com a sua B Paulo; Banza; Gie

Auditório
Às 21 horas — ci -tape

● Domingo, dia

Às 9 horas — fina dos pioneiros
Às 10 horas — at

Auditório
Às 10 horas — E delegados sindica sões de trabalhado ofensiva repre Governo.

Às 15 horas — de bol de salão; jogo

Palco 25
Às 15 horas versos do A ral Ecos do mino Cardo Verde; Grup da; Grupo C tejano das F Às 17 horas

Auditório
Às 19 horas amador da dense;
Às 21 horas com Ferna «Fado de A José Casta Mário Rosin

Alto Douro

...ário Soares e Mota Pinto ...desenvolvimento da região

...elementos significativos

...vo e incentivam a sangria de capitais da região — depositados nas agências bancárias regionais, e resultantes de remessas de emigrantes, poupanças locais, lucros das actividades económicas, etc. — que pela mão dos gestores da banca nacionalizada, nomeados pelos governos de direita, vão parar aos bolsos dos Mellos, Espírito Santo, Champalimauds, etc., constituindo uma das bases da recuperação capitalista e monopolista.

● A destruição acelerada das empresas nacionalizadas (sector empresarial do Estado) a favor dos ex-monopolistas, impedindo a sua utilização ao serviço do desenvlvimento regional — Siderurgia Nacional, Quimigal, Sorefame, EPAC, CP, EDP, etc.

Agricultura: a ruína

Nove meses de Governo agravaram brutalmente os factores de produção: Adubos — mais 65% e fala-se em novo e substancial aumento. Gasóleo — duas subidas, mais 40%; não pagamento dos subsídios. Rações — mais 70% e fala-se em mais 30% a curto prazo. Pesticidas — um aumento de 50 a 60%. Inseminação artificial — de gratuita passou a ser paga, mais de 1000$00.

Produção agrícola cada vez mais na mão dos intermediários: **Leite — continua o roubo: mais de 80% dos agricultores recebe menos 3$00/litro em relação ao litoral. Batata** — os preços previstos pelo Governo para a campanha 84/85 vão de 9$20 a 11$20/kg. Depois não se produz a suficiente e fazem-se importações, com prejuízo de produtores e consumidores, mas com lucro dos intermediários e importadores. **Vinho** — a Junta Nacional dos Vinhos encharca o mercado entregando do vinho a 17$00/litro aos armazenistas e pretende lançar uma taxa de 2$00/l. **Cereais** — avança o desmantelamento da EPAC, entregando-se os produtores aos «tubarões» do comércio de cereais (...).

No Douro, multas para os agricultores e facilidades às multinacionais: Entreposto da Régua — continua por criar. Adegas Cooperativas — dificuldades financeiras devido às altas taxas de juro.

Transportes: agrava-se a situação

Linhas Férreas — Sabor, encerramento definitivo; Tua, fecho de estações e redução de composições, com ameaças de extinção em poucos anos; Corgo, redução de composições e tentativas para o seu encerramento definitivo.

Via Rápida Porto-Bragança — nesta data (fins de Março), segundo o calendário inicial, deviam estar prontos 4 troços, não está nenhum; os restantes 10 deviam estar iniciados, dos quais 5 em fase de acabamento, *estão a zero!!! Mas o que falta em investimentos sobra* em demagogia — anunciados 100 mil contos para o troço Amarante-Campeã, logo deitaram foguetes, quando a obra está orçada a preços de 83 em 2 100 000 contos!!!

Rede Nacional de Estradas Nacionais — degradadas (EN 322, V. Real-Sabrosa, EN 206, Valpaços, V. P. Aguiar, Guimarães, etc.); obras paradas (EN 311, Boticas, Salto, Braga, etc.); obras que não avançam (EN 312, Boticas, Ribeira de Pena, etc.).

TAP Regional — serviços irregulares e preços elevados das passagens.

Navegabilidade do Douro — não há cooordenador do gabinete da obra.

Saúde, ensino, habitação: agravamento generalizado

Ensino — dificuldades no cumprimento da escolaridade obrigatória e desistências escolares por falta ou elevados preços dos transportes e refeições. Escolas superlotadas. Falta de aquecimento por exiguidade de verbas para combustível.

Saúde — medicamentos mais caros. Falta de médicos e enfermeiros (Vimioso, Freixo, etc.). Congelamento da expansão dos hospitais de Mirandela e Bragança. Querem reduzir o Hospital Distrital da Régua a simples Centro de Saúde. Suspensa a construção do Centro de Saúde de Montalegre. Administrações Regionais de Saúde paralisadas.

Habitação — a grande mentira do crédito: quem pedir 2000 contos paga 26 000!!! Sobem rendas antigas. Rendas brutais nos alugueres recentes. Demoram anos ou não acabam os bairros do FFH lançados em 75/76 (Freixo, V. Pouca), mas vai-os baptizando com os nomes dos dirigentes da AD (V. Real, V. Pouca) que liquidaram o FFH e a Habitação Social no País. Não fazem «filhos» mas «baptizam» os filhos dos outros!!!

Poder Local: um roubo de 6 milhões de contos

Prometeu o PS na campanha eleitoral cumprir a Lei das Finanças Locais. Não o fez. O OGE de 1984 roubou às autarquias transmontanas e durienses mais de **6 milhões de contos**!!!

Prometeu reforçar o Poder Local. Assistimos a projectos de leis inconstitucionais e altamente gravosos para a democraticidade, independência, força e prestígio do Poder Local.

Prometeu descentralizar e criar as Regiões Administrativas. Reforça a intervenção do Terreiro do Paço. Limita as competências das autarquias. As intenções e projectos do Governo sobre as Regiões mostram a pouca importância que lhes atribui e a tentativa de as manter dependentes.

A política do Governo PS/PSD, de Mário Soares e Mota Pinto, com a cumplicidade do CDS, agrava o atraso económico e social da região. No contexto de desastre nacional para que encaminha o País, hipoteca o futuro da região como terra para homens e mulheres viverem.

É do interesse dos transmontanos e durienses que este Governo seja substituído. É um imperativo patriótico a demissão do Governo PS/PSD.

Vamos lutar por isso!

...nal *não disse...*

...mas da Região, pois, como é até do senso comum, esta não *poderá sobreviver se pouco ou nada produzir e tiver de importar quase tudo o que consome.*

«*Perante estes problemas, perante a falta de seriedade do* Plano e Orçamento, o presidente do Governo Regional agitou espantalhos de hipotéticos ataques à autonomia, agarrando-se a este princípio, que é apoiado por toda a população da Madeira, para esconder a realidade dos factos.»

Mais adiante, sublinha o comunicado dos comunistas madeirenses:

«Por outro lado, ocultou que a desastrosa política nacional é da responsabilidade do PSD e dos partidos que com ele têm estado aliados.

«Se a Região não apresenta contas desde 1980, o dr. Alberto João desculpa-se com o facto do seu próprio partido e o CDS não terem apresentado as contas do Governo da República do tempo da AD.

«Se as empresas públicas são mal geridas, se os seus gestores são pouco competentes ou pouco sérios, o presidente do Governo Regional oculta deliberadamente que esses gestores são do PSD ou do PS, que a responsabilidade nessa má gestão cabe em grande parte ao seu partido.»

E concluí a nota da DORAM «De deturpação em deturpação, de omissão em omissão, o último discurso do presidente do Governo Regional constituiu *mais um passo numa escalada verbal que apenas pretende ocultar as crescentes dificuldades políticas do PSD.*

«Quando o próprio Plano e Orçamento, elaborado pelo Governo Regional, indica o aumento do desemprego, quando se prevê o acelerado aumento do custo de vida, quando o número de trabalhadores sem salário, o presidente do Governo Regional prepara-se para este futuro negro, pretendendo criar falsos inimigos que viriam a ser os culpados de tal situação.

«O PCP denuncia firmemente a demagogia das posições do presidente do Governo Regional, lembrando que os *slogans* contra o Continente, os apelos separatistas, já falharam uma vez por falta de apoio da população e que o Povo da Madeira não se deixará enganar pelas maciças doses de propaganda que o PSD lhe impõe.

...a Maio

Palco 25 de Abril
Às 15 horas — Grupo Coral Diversos do Alentejo; Grupo Coral Ecos do Alentejo; Guilhermino Cardoso; Grupo Seara Verde; Grupo Típico Pisa Corda; Grupo Coral Operário Alentejano das Paivas.
Às 17 horas — Comício

Auditório
Às 19 horas — Grupo de teatro amador da Academia Almadense;
Às 21 horas — Noite de fados com Fernando Farinha e o «Fado de Abril»: César Pinto; José Castanheira; Ana Pinto; Mário Rosinha e outros.

Porto/Sector de Saúde do PCP

Cortes orçamentais e despedimentos: *Governo põe em risco funcionamento dos hospitais!*

A política de Saúde do Governo PS/PSD prosseguindo e agravando a política da AD, tem tido sobre os hospitais consequências muito gravosas. O apoio à revogação da lei do SNS, o atraso de medidas legislativas essenciais e os cortes orçamentais para a Saúde são os traços fundamentais dessa política, agora acrescentados de uma vaga de despedimentos que, a não ser de imediato travada, conduzirá irremediavelmente os hospitais para o colapso — alerta o Sector de Saúde do Porto do PCP, em recente comunicado, que acrescenta:

«A aplicação do recentemente aprovado pacote Almeida Santos, que o Governo quer impor às administrações hospitalares para posteriormente atirar sobre elas a responsabilidade das graves consequências destas medidas, traduzir-se-à no despedimento de cerca de **um milhar de enfermeiros e outros funcionários hospitalares na cidade do Porto.** Muitos serviços verão comprometido o seu funcionamento, designadamente serviços de urgência que poderão mesmo vir a encerrar como acontecerá no «Conde Ferreira». É o funcionamento dos hospitais e a saúde dos portugueses que estão em risco. Ninguém compreenderá que alguma administração concretize tais medidas.»

Abandono e estrangulamento

Depois de denunciar «as pressões do Governo sobre as administrações dos hospitais, ameaçadas de processos disciplinares e civis caso não executem estes despedimentos», a direcção do Sector de Saúde do PCP «reclama que o Governo suspenda imediatamente a aplicação nos hospitais do pacote Almeida Santos, respeitando e atendendo as propostas dos trabalhadores e das administrações».

E refere mais adiante:

«Os hospitais funcionam mal, enfermarias e serviços estão superlotados, há deficiências de higiene, de alimentação e de meios de diagnóstico e tratamento. os cuidados prestados nem sempre o são nas condições desejáveis, há listas de espera de dois e três anos. O actual Governo nada faz para alterar esta situação e tem, para com os hospitais, a *mesma atitude de abandono* e estrangulamento que revela para outros serviços públicos, indiferente ao sofrimento que vai causar e no mais completo desrespeito pelos direitos dos cidadãos.

«Há anos que não se admite pessoal, havendo casos, como o serviço de sangue do Hospital de Santo António, em que o mesmo número de técnicos realiza hoje o quádruplo de exames e análises que há dez anos. Noutros casos, os serviços são assegurados por trabalhadores contratados a prazo que o Conselho de Ministros quer despedir após ter aprovado o pacote Almeida Santos. Só por cinismo o Governo poderá tomar esta medida, que unanimemente se reconhece vai criar o caos nos hospitais, levando muitos serviços a ter de fechar, por falta de pessoal indispensável. Se a admissão de contratados a prazo, sem alargamento dos quadros hospitalares, foi uma má solução, o seu despedimento, sem se acautelar os seus interesses e os seus serviços hospitalares, é bastante mais grave.»

Verbas de 84 inferiores às de 83

«As verbas atribuídas à Saúde pelo OGE de 84 são inferiores às de 1983, incidindo os cortes principalmente sobre investimentos destinados a resolver situações inadiáveis. O Centro Hospitalar de Gaia tem para investir em 1984 oito mil contos, metade do que teve o ano passado, e isto para um hospital central de 700 camas. O Hospital de S. João, que em 1983 apenas foi contemplado com um terço das verbas necessárias, acumulando dívidas a fornecedores superiores a 120 mil contos, estará este ano completamente impossibilitado de assegurar parte significativa das despesas correntes, se não for substancialmente reforçada a dotação prevista. Só a falta de verbas travou o desenvolvimento do programa de transplante renal do Hospital de Santo António, forma mais económica de tratamento dos doentes, entre outras restrições provocadas pelo orçamento» — salienta a direcção do Sector de Saúde do Porto, que esclarece em seguida:

«O plano de investimento e desenvolvimento da administração central, o PIDAC, é nesta matéria suficientemente esclarecedor. Em 1984 não se constroem hospitais ou centros de saúde, mesmo os que tinham plano já aprovado. Suspendem-se as obras necessárias e apenas se autorizam as pequenas obras em curso. No que respeita ao Hospital de S. João, apenas se completam as "obras de segurança dos terraços, complementos da cozinha e equipamento de estomatologia"; no Hospital Santos Silva "não se fará qualquer intervenção em 1984"; no Hospital de Santo António só prosseguiram as "pequenas obras em curso e as da ala norte, sendo suspenso o projecto de grande ampliação"; no Hospital Joaquim Urbano também "não se fará qualquer intervenção em 1984" e na Maternidade Júlio Dinis "apenas se investirá na vedação do terreno".»

Governo incapaz

Conclui o Sector da Saúde dos comunistas do Porto:

«Se confrontarmos estas situações com o meio milhão de contos pagos em alugueres pelo Estado às Misericórdias, mais um milhão de contos em indemnizações, torna-se ainda mais nítida a irresponsabilidade do Governo, e em particular do ministro Gonelha, e a hipocrisia que preside à chamada "política de rigor", que mais não é que uma afirmação demagógica com que se pretende encobrir e justificar a destruição e desprestígio dos serviços públicos de saúde, na mira de, sobre as suas ruínas, consolidar o império da medicina privada.

«O Governo PS/PSD mostra-se incapaz e desinteressado em promover os concursos e preencher os respectivos lugares nos hospitais distritais e regionais, não consegue organizar os cuidados primários de Saúde e implementar com eficácia e dignidade a carreira de Clínica Geral. Não é possível que os hospitais funcionem bem, dedicando-se aos cuidados diferenciados a que se destinam sem que estas medidas se cumpram, sem os investimentos necessários, sem um plano de desenvolvimento.

«A direcção do Sector de Saúde do Porto do PCP alerta a população e os trabalhadores dos hospitais do Porto para a necessidade de impedir esta vaga de despedimentos e exorta-os a lutar contra essa decisão do Governo, contrariando e impedindo a sua concretização e o consequente colapso dos hospitais.

«Cortes orçamentais, despedimentos em massa, falta de pessoal, ausência de medidas integradas numa «Política de Saúde», graves perturbações no funcionamento dos hospitais — o Governo está a levar os hospitais para o abismo. Esta situação é inadmissível e tem de mudar para bem do País. Ao exigir a demissão do Governo Mário Soares/Mota Pinto e um novo governo com uma nova política, o PCP fá-lo também por razões de política de saúde e de bem-estar dos portugueses, direito inalienável que o Povo alcançou com o 25 de Abril e que sucessivos governos de direita têm procurado destruir».

Cortes orçamentais, despedimentos em massa, falta de pessoal, ausência de medidas integradas numa *Política de Saúde*, graves perturbações no funcionamento dos hospitais — o Governo está a levar os hospitais para o abismo. Esta situação é inadmissível e tem de mudar para bem do País. Ao exigir a demissão do Governo Mário Soares/Mota Pinto e um novo governo com uma nova política, o PCP fá-lo também por razões de política de Saúde e do bem-estar dos portugueses, direito inalienável que o Povo alcançou com o 25 de Abril e que sucessivos governos de direita têm procurado destruir.

«Não pode manter-se por mais tempo»

Três características para a «política de educação»:

Demagogia, orientações anticonstitucionais e brutais restrições financeiras

«Roída das contradições entre PS e PPD (e entre grupos no seu interior)», a situação actual do sistema educativo «sofre os efeitos de uma **política de educação**» que não passa de «demagogia, orientações anticonstitucionais e brutais restrições financeiras» — comenta a organização dos Professores da ORL do PCP em nota divulgada recentemente sob o título «Não ao caos na Educação».

O «sistema educativo» – adianta o documento – «sofre os efeitos da gestão ruinosa do ME (Ministério da Educação) por **equipas** (já são duas) que, transferindo para o aparelho do Estado a marca da luta pelo poder, dos conflitos entre ambições pessoais, do abuso de cargos, da mediocridade agressiva e reaccionária que caracterizam o Governo PS/PSD, mantiveram e agravaram a paralisia, a desorientação e a incompetência dos dirigentes dos serviços, incapazes de dar resposta a qualquer problema real dos professores, dos estudantes, das escolas».

Os efeitos da política de miséria

Noutra passagem do documento divulgado pelos professores comunistas da região de Lisboa, salienta-se:

«O sistema educativo sofre (também) os efeitos da política de miséria e descalabro que o Governo faz cair sobre o nosso povo e sobre a economia nacional: degradam-se continuamente as condições de vida dos trabalhadores – salários em atraso, despedimentos, desemprego dos adultos e dos jovens, impedindo o acesso e a frequência da escola pelos filhos da classe operária e dos outros trabalhadores. Cresce o número de crianças e de jovens impossibilitados de adquirir o material escolar cada vez mais caro, de crianças e jovens que deixam de ir à escola por não terem dinheiro para os transportes, de crianças e jovens que, se vão à escola, lá chegam e de lá saem com fome.»

Depois de referirem que o sistema educativo sofre ainda «os efeitos da política de desastre que é a orientação deste Governo – escolas degradadas, superlotadas, com equipamentos sem condições de funcionamento», etc., os professores comunistas apontam a política de restrição dos direitos e liberdades democráticas, acompanhada do «desrespeito pela dignidade dos trabalhadores do ensino, da concepção prepotente, autoritária e antidemocrática que a aliança PS/PSD tem do exercício do Poder, de recusa sistemática em respeitar os direitos sindicais, em ouvir, negociar e atender as reclamações, propostas e soluções dos trabalhadores, dos estudantes, das populações, das forças democráticas».

Promoção da alienação

Prosseguindo a sua análise à situação no ensino, como reflexo da actuação do Governo, destaca o documento que temos vindo a citar:

«O sistema educativo sofre os efeitos da política de enfeudamento ao imperialismo, não apenas nos planos económico, político, militar, cultural, mas também no plano ideológico desenvolvida pelo Governo PS/PSD. É cada vez mais desigual o combate entre uma acção pedagógica que se quer voltada para a formação integral do jovem como indivíduo livre, consciente, responsável, solidário e interveniente, e o permanente bombardeamento da juventude, em especial através dos grandes meios de comunicação de massa, com as mais diversas formas de promoção de valores degradados, irracionais e acientíficos, da alienação, do desespero, da agressividade, da violência gratuita e da guerra, de uma visão reaccionária e pessimista da História, do desprezo pela cultura, pela ciência e pela arte.».

E conclui a nota dos professores comunistas de Lisboa:

● Nota da organização dos Professores da ORL do PCP

«Esta política não pode manter-se por mais tempo: nem pode haver solução para os problemas da Educação com este Governo, nem pode haver solução para os problemas nacionais, com esta política. Pelo contrário: cada dia que permaneça e prossiga, compromete e arrisca mais a recuperação futura. Impõe-se uma rápida mudança.

«A Organização dos Professores da ORL do PCP, no seguimento do Manifesto ao Povo Português aprovado pelo Comité Central em 13 de Março de 1984 lança um apelo veemente a todos os professores:

● Está também nas nossas mãos pôr fim a esta política.

● Podemos, e é tempo de o fazer, contribuir para suster o desastre nacional.

● Podemos, e é tempo de o fazer, contribuir para que seja retomado o caminho de Abril, caminho do progresso, da liberdade, da democracia, da dignidade e brio patriótico.

«Aproximam-se as grandes jornadas comemorativas do 10.º Aniversário do 25 de Abril e o 1.º de Maio. Será, como sempre têm sido, mais do que simples jornadas de comemorações e de festa. Serão, com mais força que nunca, grandiosas jornadas de esperança e de combate.

"A cada um de nós cabe alguma responsabilidade na sua preparação. Em cada escola, em cada festa em cada luta, é o contributo de cada trabalhador, de cada democrata, de cada patriota, que faz Abril maior.».

Lisboa

Comité Local do PCP comenta situação social e autárquica na cidade

Numa nota breve divulgada aos órgãos de Comunicação Social no passado dia 18, o Comité Local de Lisboa do PCP apresenta os aspectos fundamentais das conclusões retiradas na sua última reunião sobre a situação social e autárquica na capital.

Em primeiro lugar, «no que se refere à situação social, destaca-se a continuação da política desastrosa e antidemocrática do Governo PS/PSD. Continuam as tentativas de desmembramento das empresas públicas, nacionalizadas e participadas de que são exemplos a Quimigal, Petrogal, CIPC, SNAPA, Portucel, Gelmar, Lisnave, UTIC, EPNC, a repressão, a tentativa de centenas de despedimentos, a falência de pequenas e médias empresas».

Face a essa grave situação, «reforça-se a luta contra o Governo PS/PSD, reforça-se a unidade dos trabalhadores. Em 22 eleições para Comissões de Trabalhadores de empresas de Lisboa, realizadas em 1984, dos 156 mandatos a eleger, 125 (80%) foram ganhos pelas listas unitárias».

Entretanto, «na Câmara de Lisboa, a aliança PS/CDS/PSD prossegue uma gestão irresponsável e incompetente, orientada para a especulação imobiliária de que é um triste exemplo a demolição do Teatro Monumental, embargada por parte do Supremo Tribunal Administrativo, conforme a APU previra e prevenira há mais de 3 meses. Torna-se, pois, urgente defender Lisboa do contínuo processo de degradação, é necessária uma nova gestão para a cidade».

«Por último, o Comité Local de Lisboa do PCP repudia a farsa promovida pelo Governo para comemorar o X Aniversário do 25 de Abril e apela a todos os democratas e a toda a população de Lisboa a participar activamente nas comemorações populares.»

Proletários de todos os países: UNI-VOS! Avante!

Nacional

Empresários protestam e dizem que assim *não*

— Em causa política económica

Vieram recentemente a Lisboa. Provenientes de vários pontos do País desceram à capital para alertar a opinião pública e as entidades oficiais para a difícil – ou talvez mesmo insustentável – situação para onde estão a ser empurrados.

Eram pequenos e médios comerciantes e industriais, em número de várias centenas e vieram por iniciativa do Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais (MPMCI's).

A concentração foi em frente do Ministério do Comércio, mais exactamente na rua, ali em frente do Campo Pequeno e isto, por que, segundo disseram, já não têm dinheiro para alugar salas de teatro.

Fartos de andar pelos corredores dos ministérios, de ser recebidos por assessores e chefes de gabinete; fartos de serem encarados apenas como uma fonte de receita; sentindo-se provavelmente impotentes face a leis injustas e desajustadas à realidade, entenderam ser chegada a hora de exigir justiça.

Três grandes razões estiveram na base do seu protesto: a galopante política de falências; a quebra de vendas motivada pela extraordinária baixa do poder de compra dos portugueses aliada à especulativa subida de preços; uma legislação altamente lesiva para a qual não foram tidos nem achados e de que são exemplos a lei dos arrendamentos comerciais, a lei dos horários do comércio, a lei da concorrência, o crédito e as taxas de juro, o imposto sobre valor acrescentado, entre outras.

Representativos de mais de 200 mil empresários de todo o País, os manifestantes que se deslocaram a Lisboa afirmaram não passar procuração a nenhuma das Confederações do grande comércio e da grande indústria por estas não lhes merecerem confiança, não os defenderem, nem representarem.

Com efeito, conforme sublinha a resolução aprovada na concentração, a esmagadora maioria dos pequenos e médios empresários nada pode esperar daqueles que afinal se encontram exclusivamente ao serviço de uma minoria de «empresários-proprietários de grandes cadeias comerciais» cujo desenvolvimento se tem operado à custa da asfixia e da falência do pequeno e médio comércio.

Em seu entender, com a actual crise apenas estão a beneficiar «umas três centenas de indivíduos que desta forma obtêm chorudas fortunas à custa da falência dos empresários que apenas pretendem «ganhar a vida honestamente e manter nos postos de trabalho os 65 por cento dos trabalhadores nacionais do sector».

Mas os pequenos e médios empresários e as suas organizações representativas não se limitam a fazer o diagnóstico da situação presente. Na sua posse estão também propostas viáveis e justas que se encontram sistematizadas na resolução aprovada por unanimidade e que, a serem atendidas, ajudariam a resolver os seus problemas e contribuiriam certamente para a saída da grave crise em que sucessivos governos de direita afundaram o País.

Resolução

Na resolução aprovada por unanimidade no final da concentração os participantes reafirmaram a sua vontade de prosseguir a luta pela satisfação dos seguintes objectivos:

— Medidas económicas e sociais que contribuam para a melhoria do poder de compra dos consumidores portugueses. Definição de uma política de preços que corresponda aos interesses dos produtores, garanta margens de comercialização compensadoras e não seja um factor de crescimento de inflação.

— Revisão da multiplicidade dos impostos e das taxas que agravam mais directamente a actividade dos PME's. Revogação dos decretos 41204/57, 191/83 e 28/84 e sua substituição por nova legislação que ataque o fundo do problema e não atinja apenas o comércio retalhista.

— Abolição das avaliações fiscais extraordinárias e redefinição das taxas de actualização anuais, tendo em conta o projecto divulgado e entregue na Assembleia da República pelo MPMCI's.

— Revogação do Decreto 417/83 e a continuação em vigor dos horários da lei anterior.

— Desbloqueamento do crédito para as actividades industriais e comerciais, designadamente das PME's a fim de atender à sua reestruturação e modernização e à reposição dos «stocks». Descida das taxas de juro bancário, de forma a estimular os investimentos. Gestão criteriosa do crédito bancário para pôr fim a processos indesejáveis de corrupção e privilégio.

Encontro de mulheres em Leiria

Sob a pressão das dificuldades da vida, de que são sempre as primeiras vítimas, de um notável esforço de organização e do estímulo que é o próximo Congresso do MDM, a realizar em Maio, mesmo para os núcleos que não estão integrados nesta organização — por tudo isto, encontros mais ou menos amplos de mulheres vêm sendo organizados por todo o País.

Foi recentemente o caso de Leiria, onde teve lugar o 3.º Encontro Unitário de Mulheres do distrito. Cerca de 150 participantes, representando os concelhos de Marinha Grande, Leiria, Caldas da Rainha, Peniche, Alcobaça, Nazaré e Bombarral, falaram dos problemas que mais as afligem: os salários em atraso, desemprego, custo de vida, a fome que já entra em muitas e muitas casas. Mas falaram também da sua determinação de unidade e de luta. Em duas moções aprovadas por unanimidade ficou expressa a sua vontade de lutarem — e a de trazerem outras mulheres para o seu lado — pela paz e pelo recebimento dos salários em atraso, e a saudação por aclamação aos vidreiros da Marinha Grande que prosseguem a luta pelo trabalho e pelo pão.

Pioneiros fazem dez anos

Sob o lema «Crescer, brincar, estudar, viver no Portugal de Abril», os Pioneiros de Portugal comemoram durante este ano e no primeiro trimestre de 1985 o seu 10.º Aniversário.

O 10.º aniversário dos Pioneiros está intimamente ligado ao 25 de Abril, pois só partir da data libertadora os primeiros núcleos apareceram. Aliás, constitui grande curiosidade entre os Pioneiros descobrir qual foi o seu primeiro núcleo, tanto mais que um dos objectivos da Organisação é fazer a história dos Pioneiros de Portugal.

Num encontro com a Imprensa, no passado dia 19, ouvimos alguns dos pioneiros presentes darem-nos conta das actividades que projectam organizar para comemorar o seu aniversário.

A Teresa, de um núcleo de Lisboa, disse-nos: «Vamos estar presentes nas comemorações do 25 de Abril numa festa a realizar no Parque Eduardo VI durante toda a manhã. E também vamos realizar a nível regional um acampamento na Serra da Arrábida nos dias 5 e 6 de Maio».

O Humberto, do Alentejo, disse que ainda não tinham (na altura) muitas coisas concretas, mas no dia 25 de Abril lá estariam presentes nas comemorações populares. Os responsáveis dos núcleos do Porto e Leiria, adiantaram-nos que vão integrar-se nas comemorações populares e o Porto vai dar especial atenção ao dia 1 de Junho, dia Internacional da Criança: Leiria vai realizar um encontro distrital no dia 20 de Maio na Marinha Grande para entrega de lenços.

Os Pioneiros de Portugal vão comemorar em todos os núcleos o 25 de Abril, participando em iniciativas próprias ou integrando-se em iniciativas unitárias. Destaque para visitas a locais históricos e «encontros com o 25 de Abril» com a participação de antifacistas e militares.

No âmbito do aniversário, vão realizar um Acampamento Nacional. Esta iniciativa está marcada para a Praia das Bicas em Sesimbra e a data é de 16 a 22 de Julho. Quanto ao programa, podemos já destacar que fará parte um Encontro Nacional onde serão discutidos o Hino e o Dia Nacional do Pioneiro, fogo de campo, carnaval, espectáculos, desporto e o Dia da Solidariedade.

Foram convidadas delegações estrangeiras de vários países da Europa, África e América Latina. Está prevista a participação de 1000 crianças.

Os pioneiros iniciaram as comemorações com campanhas de solidariedade com as crianças de Moçambique e Nicarágua. Já foram recolhidos muitos materiais escolares e brinquedos, destacando-se a participação de muitas escolas.

Ao encerrar as comemorações será realizada uma exposição sobre a vida da Organização.

Boa-sorte, Pioneiros!

Poder local

Na Câmara de Loures

Boicote PS/PSD/CDS agrava-se e APU recorre à Assembleia Municipal

Há dois meses — concretamente desde 21 de Fevereiro — que os vereadores do PS/PSD/CDS na Câmara Municipal de Loures faltam às reuniões do executivo a que pertencem, provocando sucessivas faltas de «quorum» e impedindo, na prática, o seu funcionamento. A «operação» ganhou há dias novo alento com os pedidos de suspensão temporária de mandato dos vereadores Augusto Mordido, do PS, e Furtado Mateus, do CDS, com o picante de um dos auto-suspensos, o senhor Furtado Mateus do CDS, se ter dado ao luxo de «**exigir**» que o seu substituto participasse na reunião de Câmara seguinte, o que não sendo legalmente permitido, mais não foi que um ostensivo pretexto para impedir nova reunião de Câmara.

Tal anomalia numa edilidade com a importância de Loures provoca, só por si, enorme perplexidade. Como é possível impedir o normal funcionamento de uma autarquia assoberbada de responsabilidades, durante tanto tempo e, ao que parece, por tempo indefinido? Seria necessária uma forte justificação para explicar o sucedido — coisa que os faltosos não têm, nem de perto nem de longe.

Torna-se já penoso reinventariar esta manobra irresponsável do PS/PSD/CDS na Câmara de Loures, tão absurda ela é e tão grosseiramente transparente aparece aos olhos de todos. Mas mais penosa está a ser ainda para os interesses do município, dos seus trabalhadores e das suas populações. Tudo para satisfazer a voragem antiautárquica do Governo e dos seus serventuários nas autarquias...

Resumidamente, «os argumentos» invocados pelos vereadores PS/PSD/CDS (em inefável sintonia...) para explicar as suas sucessivas faltas às reuniões de Câmara, assentam numa estranha discordância com o alargamento do quadro de pessoal (que eles próprios votaram favoravelmente antes), «acusando» nomeadamente a APU de ter admitido, sem efectivação de concurso, cerca de 1000 trabalhadores.

Bom, a mentira é tão pacóvia como isto: **eles próprios** é que meteram mais pessoal enquanto estiveram à frente do município! Como, de resto, todos eles muito bem sabem... Mas recordemos o caso, pelas palavras do camarada Severiano Falcão, presidente da CM de Loures, em recente entrevista ao «Avante!»: «Há neste momento 630 trabalhadores fora do quadro, e a proposta de ingresso que é feita é de 320 trabalhadores — ingresso que se processa nos termos estritos da lei. Por outro lado convém recordar que de 1977 (início do mandato PS na Câmara) a Fevereiro deste ano foram admitidos 803 trabalhadores. 464 por concurso e 339 em situação eventual. Foram entretanto dispensados (por razões várias, nomeadamente aposentações) 361, o que dá a entrada efectiva, em todos estes anos, de 442 trabalhadores, 331 dos quais foram admitidos de 1976 a Janeiro de 1980, ou seja durante o mandato do PS.».

Entretanto entre 1980 e 1984, período de administração APU, o município admitiu 599 trabalhadores, 331 dos quais através de concurso, enquanto ao mesmo tempo 361 deixavam, por razões de aposentação e morte, de prestar funções, o que dá apenas 191 trabalhadores, em termos activos, admitidos pela APU...

Falta bastante para os mil invocados — com a particularidade de tudo se ter processado nos termos estritos da lei e em função das necessidades da autarquia.

É claro que os argumentos invocados pelos vereadores PS/PSD/CDS não têm ponta por onde se lhes pegue. A sua atitude, sim, pois com estas faltas dos vereadores configuram-se duas coisas, bastante nítidas: a intenção de paralisar a autarquia e o objectivo de impedir a regularização da situação dos seus trabalhadores, abrindo caminho aos projectos governamentais de despedimentos em massa nos quadros do Poder Local.

Nada disto é inocente

Nada disto é inocente. Tudo é calculado com minúcia. Tudo encaixa na estratégia governamental de destruição do Poder Local democrático. E na perseguição às Câmaras APU.

As iniciativas legislativas do Governo neste domínio apontam em duas grandes direcções: a supressão da autonomia autárquica e o estrangulamento da sua capacidade de realização.

Por um lado procura-se afundar as autarquias com encargos que cabem ao Governo, por outro, com cortes de verbas e despedimentos em massa, pretende-se manietar a dinamização dos trabalhos com recurso (tão vantajoso como a experiência abundantemente comprova) à administração directa (que é prática corrente em qualquer Câmara APU, com o que isso tem de poupança de recursos, eficácia de realização, cumprimento de prazos e metas, dinamização socioeconómica das respectivas regiões).

Não é difícil descobrir quem o Governo pretende satisfazer com esta manobra: os construtores privados, obviamente, retirando às Câmaras toda a iniciativa e deixando-as à mercê dessa rede de «empreendedores», o que significa, entre outras coisas, um sorvedouro de recursos e um estrangulamento e falta de controlo brutais nos trabalhos das autarquias.

É neste contexto que os vereadores PS/PSD/CDS faltam há dois meses às reuniões de Câmara em Loures. Não hesitando em paralisar uma autarquia com uma multidão de problemas e para a qual foram eleitos... prometendo resolvê-los.

Questão na Assembleia Municipal

É também neste contexto que a vereação APU na CM de Loures decidiu levar à Assembleia Municipal (onde tem a maioria absoluta) a proposta de alargamento do quadro de pessoal do município, após oito faltas sucessivas de «quorum» provocadas pelas ausências dos vereadores PS/PSD/CDS nas reuniões camarárias.

Esta decisão do presidente do Município, Severiano Falcão, foi tomada ao abrigo do Artigo 65.º da Lei 79/77 e fundamenta-se na impossibilidade do executivo deliberar, face às faltas sucessivas dos referidos vereadores.

Os trabalhadores do município saudariam em plenário esta decisão, considerando-a «vitória estrondosa da luta contra os boicotes e as calúnias e as mentiras».

Severiano Falcão, após enaltecer a coragem e a paciência dos trabalhadores e ter denunciado a manobra paralisante dos eleitos do PS/PSD/CDS, reafirmaria o absoluto acordo da vereação APU com uma proposta apresentada na última reunião pelos trabalhadores ao executivo, que pretende viabilizar «um compromisso colectivo do executivo de que não procederá a despedimentos ao abrigo da Lei 116/84», que implicaria o despedimento de cerca de 400 trabalhadores, predominantemente do sector operário.

Com tais despedimentos, como sublinhou Severiano Falcão, não seria garantida a utilização do parque de máquinas, com a consequente paralisação da autarquia. «O que o Governo pretende — denunciaria — é entregar às empresas privadas as funções das autarquias.»

Santa Cruz – Madeira uma Junta fantoche

A questão de fundo, neste caso de Santa Cruz, é mais uma vez a do não cumprimento da legalidade, que obriga as Câmaras a descentralizarem 5%a 20% dos dinheiros do seu orçamento para as Juntas de Freguesia, e a cumplicidade de muitas destas, que se prestam ao papel de fantoches, riscando do rol dos seus «amigos» justamente as populações que as elegeram...

O retrato assenta de facto como uma luva na Junta de Freguesia de Santa Cruz, na Madeira, que ainda há bem pouco tempo recusou duas propostas do eleito da APU, necessidades prementes da população e perfeitamente atendíveis, mesmo com as tesouradas orçamentais e legislativas que o Poder Local vai sofrendo: uma de pavimentação da estrada municipal do Janeiro, a outra de emanilhamento da Levada da Rocha e respectiva pavimentação. Agora, graúdos que se deslocam para o trabalho ou outros afazeres e miúdos que vão à escola, a mais de 3 quilómetros, saltitam entre pedras escorregadias e poças de lama. E assim — decidiu a Junta — vai continuar...

No entanto, estas e outras obras foram promessas eleitorais da actual Junta PPD, agora transformada em «instituição de caridade financiada pela Câmara» (PPD), que distribui — ou não distribui — os dinheiros da Freguesia como lhe apraz. «A lei não se aplica, o povo é quem sofre. Só que a APU não se cala», afirma a Coordenadora local.

Águas residuais: Setúbal promove seminário

É claro que a maioria de nós não sabe que estamos na Década da Água e do Saneamento. Foi a Organização Mundial de Saúde que o proclamou e lhe definiu os objectivos. Trata-se, no essencial, de: *a*) dotar as populações com água de consumo química e bacteriologicamente pura; e *b*) eliminar e gerir adequadamente os esgotos comunitários a fim de dominar a poluição crescente das reservas naturais e das fontes de abastecimento público.

Mas isto de «décadas» não tem força de lei nem é um «estado de graça»: depende em primeiro lugar do governo de cada país, e nós, nestes anos 80 decorridos, é de mal a pior... Mas da Revolução nasceu também o Poder Local, que tem sabido chamar a si muitas tarefas que deveriam ser centralmente definidas e incentivadas.

Assim, em Setúbal, que desde as primeiras maiorias FEPU-APU se trabalhou afinal para os objectivos que haveriam de ser definidos pela OMS, e o certo é que atingiu resultados espectaculares, no que se refere a Portugal e a uma zona antes tão atrasada: no distrito, o abastecimento de água domiciliária cobre 88,5% da população (média nacional 58%) e 82% beneficia da drenagem de esgotos (média nacional 41%).

Mas mesmo aqui nem a totalidade da cobertura sanitária está feita, nem o está em todos os aspectos necessários — e sendo, como é impossível resolver, por exemplo, os problemas de poluição na margem esquerda do Tejo e no seu estuário sem o *plano* e a *obra* que envolva as duas margens.

É com tudo isto que tem a ver o Regulamento Geral de Águas Residuais para o distrito, que a Associação dos Municípios de Setúbal decidiu elaborar. Colaboraram técnicos e eleitos, a partir das necessidades prementes e da realidade que é a legislação escassa, a sua desactualização e a sua por vezes difícil aplicação.

O projecto foi já aprovado na Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios. Agora procura-se melhorá-lo e alargá-lo para que possa servir regiões que tenham problemas semelhantes. E é assim que a Associação dos Municípios de Setúbal vai promover no dia 17, na capital do distrito, um seminário para que convida não apenas as suas próprias autarquias mas outras de outras regiões, técnicos da Administração Local, Central e de gabinetes de estudos e projectos, que possam contribuir para uma proposta mais fundamentada e quanto possível generalizável às necessidades de outras zonas.

Alpedrinha: demissionismo não serve a autarquia

Num comunicado, a Coordenadora da APU em Alpedrinha insurge-se contra a demissão da maioria dos eleitos à Assembleia de Freguesia, que «apenas servirá para deixar Alpedrinha ainda mais desamparada». A causa imediata foi o fecho da estação. Mas a APU chama a atenção para o facto de a demissão mais ajudar a que tal situação se critalize. Essa e outras — obras públicas de electrificação, abastecimento de água, sanitários, pavimentação —, umas constantes do Plano deste ano já aprovado, outras já meio-efectuadas com verbas que a lei impõe à Câmara que pague.

Sem uma Junta e uma Assembleia em funções, quem se bate junto da Câmara, «quem deita mão às obras».

Enumerando dos numerosos problemas de Alpedrinha as promessas feitas para o corrente ano, o comunicado conclui «que o demissionismo a nada conduz, não contribui para reabrir a estação, não ajuda a solucionar qualquer dos outros problemas». Contribui, sim, para «deixar as mãos livres ao Governo para novas arbitrariedades contra a povoação». E reafirma que a APU e o seu eleito na Assembleia «continuam na disposição, em conjunto com as restantes forças representadas na autarquia, de analisar a situação e encetar as formas de luta adequadas à defesa dos direitos e à resolução dos problemas de Alpedrinha».

Alto do Lumiar: um altíssimo negócio

Com pompa e circunstância que meteu primeiro-ministro e vice-primeiro-ministro, em soleníssima sessão a que compareceram dispositivos policiais raramente vistos com tal aparato na Praça do Município lisboeta, Abecasis assinou com meia dúzia de grandes construtores «a recuperação do Alto do Lumiar» — um «acontecimento histórico», como lhe chamou. São 300 hectares, para construir, em 16 anos, 23 mil fogos — e da zona serão desde já desalojadas (durante 16 anos?) centenas de famílias. O contrato, em suma, resume-se a que (daqui por 16 anos?) 3 mil fogos realojarão «através da Câmara, os desalojados»; os restantes fogos, consta, serão vendidos (cotação do dia) a 8 mil contos por assoalhada.

Recordou a propósito o vereador da APU, Rui Godinho, que todo o processo está «inquinado de especulação»: é a doação de 300 hectares de solo urbano a sete grandes construtores, lesiva dos interesses do município e da população; são possíveis problemas de segurança para o aeroporto; é ainda o desalojamento das famílias da Musgueira — quando, recorde-se, havia um outro projecto, o Plano de Urbanização da Musgueira-Norte, que permitia logo no início o realojamento de 6 mil pessoas.

Tudo isto passou agora com os cumprimentos (e de «alto nível»...) do PS — que passou a sua última campanha eleitoral para Câmara a dizer que este projecto do Alto do Lumiar, «isso nunca!»...

Trabalhadores

COM VIDREIROS EM LISBOA

Jornada exorta à luta e mobilização

• Preparemos um grandioso Primeiro de Maio!

Promovida pelas organizações representativas dos trabalhadores do distrito de Lisboa e do distrito de Setúbal, que se contam entre os mais atingidos pelos salários em atraso e a ameaça do desmantelamento de algumas das maiores empresas do País, a jornada de luta do dia 18 confluiu ao fim da tarde para São Bento, designadamente na altura em que chegava a Lisboa a «caravana da fome» dos trabalhadores vidreiros da Marinha Grande, que saíra de bicicleta daquela vila operária no dia anterior, percorrendo 180 quilómetros com o apoio de todo o movimento sindical, das organizações de empresa e de algumas autarquias, como a de Loures, onde os vidreiros em luta pelos salários e pelos postos de trabalho foram saudados pelo presidente da Câmara, Severiano Falcão.

Durante o percurso, houve paralisações e cortes de estrada, de duração simbólica, por iniciativa de trabalhadores de empresas como a **Covina, Mague, Centralcer** e **Vicar**.

Já em Lisboa na tarde de 18, a caravana, depois de entusiasticamente recebida por centenas de trabalhadores em **Vialonga**, passara por Moscavide, Praça do Comércio, Avenida de D. Carlos I e finalmente chegou a São Bento, onde na residência oficial do primeiro-ministro a delegação dos vidreiros viu recusada uma audiência com o chefe do Governo apesar de ter sido pedida e confirmada por mais de uma vez, em Outubro e Novembro do ano passado e em 4 e 16 do corrente.

Milhares de trabalhadores dos ramos de actividade mais atingidos pela má política e o mau Governo Soares/Mota Pinto, designadamente as empresas do sector empresarial do Estado, aplaudiram intervenções de dirigentes sindicais da União dos Sindicatos de Lisboa, do Sindicato do Comércio e Serviços, do Sindicato dos Vidreiros e do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa.

Florival Lança, coordenador da USL, responsabilizando mais uma vez o Governo pela destruição das empresas públicas contra os interesses nacionais, apelou à participação em massa nas iniciativas democráticas e populares de comemoração do 25 de Abril e do Primeiro de Maio e referiu-se aos novos aumentos de preços adiados pelo Governo — adiamento que considerou **«também consequência da luta e da denúncia levadas a cabo pelos trabalhadores e pelas suas organizações de classe»**.

Deterioração social na Marinha Grande

Penúria e mesmo situações de fome, famílias obrigadas a retirar os filhos da escola e a entregá-los à guarda de parentes fora do concelho, preocupações dramáticas quanto ao futuro das crianças a cargo de pais sem trabalho, pequenas empresas comerciais falidas ou sem perspectivas de manterem os postos de trabalho e o crédito aos trabalhadores sem salários, são sintomas evidentes de uma situação económica e social que não pode manter-se.

O encerramento de empresas vidreiras, a falta de encomendas, os salários em atraso e a criminosa passividade do Governo, interessado no desmantelamento das zonas de forte concentração operária e no fomento do desemprego, obrigam a classe operária, os restantes trabalhadores e as suas organizações representativas, designadamente os sindicatos e as comissões de trabalhadores à intensificação das formas de luta, reclamando a solidariedade dos grandes sectores da indústria e dos pequenos empresários e agricultores contra a política cada vez mais agressiva dos recuperadores de privilégios do passado para os transformarem de novo em armas contra o povo e contra os interesses do País.

Marinha Grande: cinco mil trabalhadores sem salários, nove empresas vidreiras encerradas e mais de mil desempregados na cristalaria

Metalomecânica e Siderurgia «privilegiadas» na ofensiva

Entre as actividades atingidas pela política de direita do «quanto pior melhor» para os interesses do grande capital e da sobrexploração internacional conduzida pelo imperialismo, a metalomecânica e a siderurgia ocupam uma posição privilegiada, mas nada invejável.

Nos planos de desmantelamento, com os quais o Governo ameaça diariamente milhares de assalariados, estão à cabeça empresas como a **Sorefame, Mompor, Cometna** e **Equimetal**.

Plenários, concentrações e paralisações assinalaram na semana passada o sentido da resposta sindical às ameaças de destruição do sector empresarial do Estado.

A Federação sindical dos metalúrgicos e as organizações representativas do sector em Lisboa e Setúbal apoiaram a jornada de luta do dia 18.

Na Siderurgia Nacional, os trabalhadores protestaram contra a **discriminação salarial**, paralisando o trabalho naquele dia a partir das 14 horas. As organizações unitárias da fábrica do Seixal acusaram o conselho de gerência de manobras no sentido de apadrinhar «o movimento divisionista» como «forma de esvaziamento sindical».

O processo de negociação de novos salários passou por contrapropostas do conselho de gerência que vão desde os 7 aos 18,4 por cento, altura em que «os divisionistas foram chamados a assinar o acordo», revelou um elemento da comissão intersindical.

Comissão Executiva da Inter responde à nota do Primeiro-Ministro

O diálogo é um direito não é um favor

• Apelo à luta e à participação nas comemorações populares e democráticas do 25 de Abril e do 1.º de Maio

A Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, depois da reunião com o chefe do Governo, no dia 16, divulgou uma nota onde afirma que o facto de a Central «não estar no CPCS (Conselho Permanente de Concertação Social) não retira ao Governo a obrigação de respeitar o seu direito de participação, nos termos constitucionais, na definição da política económica e social, e de intervir nos órgãos e instâncias do Estado». A direcção da Inter, que designa a UGT por «departamento sindical» do Governo, «apela à participação massiva e entusiástica dos trabalhadores nas comemorações populares e democráticas do 25 de Abril e ao seu profundo empenhamento na organização das comemorações do 1.º de Maio», de modo que «o Dia Internacional do Trabalhador constitua uma grandiosa jornada de luta, contra a exploração, por um futuro melhor, por um novo Governo e uma nova política». A Inter, que acusa a nota do gabinete de Imprensa do Primeiro-Ministro, respeitante àquela reunião, de conter «afirmações totalmente falsas», reafirma que «o direito ao diálogo não é benesse de qualque Governo». É um direito para exercer.

Reunida no dia seguinte à audiência com Mário Soares, a Comissão Executiva da CGTP-IN reafirma que o facto de essa reunião se ter efectuado «comprova a justeza das acções sindicais desenvolidas com aquele objectivo».

Continuar a lutar

Depois de sublinhar que «o primeiro-ministro não assumiu qualquer posição favorável às questões apresentadas» pela delegação da Central e que «não pretende mudar de política», o Executivo da Inter acentua que vai «continuar a lutar pele resolução dos problemas dos trabalhadores, pela negociação das propostas e reivindicações do movimento sindical, pela mobilização dos trabalhadores com vista a desenvolver todas as acções que se mostrem necessárias para a defesa dos seus interesses e garantia dos seus direitos».

Na reunião com o chefe do Governo — acrescenta a Direcção da Inter — os representantes da Central «questionaram o PM sobre a necessidade de o Governo dar resposta às reivindicações apresentadas em 4 de Julho de 1983 (os "22 pontos da CGTP-IN") sobre a proposta de resolução do problema dos salários em atraso, apresentada em 10 de Fevereiro de 1984 e sobre a preocupante situação da intervenção crescente das forças policiais nos conflitos laborais. A delegação da CGTP-IN — acrescenta a nota — tendo em conta o agravamento da situação social e com vista a atenuar os seus efeitos sobre as camadas mais desfavorecidas da população, reivindicou como medidas imediatas, o congelamento dos preços dos bens essenciais e a criação de um novo **'cabaz de compras'**, a actualização semestral, por indexação, dos salários mínimos nacionais e das pensões de reforma, e a tomada de medidas para combater o desemprego».

A «concertação» nada resolve

A nota divulgada pelo porta-voz do Primeiro-Ministro, no momento em que decorria a audiência com a delegação da Inter, assume, segundo a Comissão Executiva, «um carácter injurioso para com os trabalhadores, que em nada dignifica o cargo de Primeiro-Ministro».

A CGTP-IN, «no respeito pela sua autonomia e independência sindicais, não está obrigada a entrar para o *CPCS*», lembra aquele órgão dirigente da Central acrescentando:

«De nada vale o Primeiro-Ministro procurar convencer a opinião pública de que é no *Conselho Permanente de Concertação Social* que serão tomadas as grandes opções de política económica e social. Infelizmente para os portugueses, essas opções já há muito foram tomadas pelo FMI e continuarão a sê-lo enquanto este Governo se mantiver em funções, porque a sua posição é de subserviência ao imperialismo.».

No seguimento da crítica à nota divulgada pelo porta-voz de Mário Soares, os dirigentes da CGTP-IN assinalam que «as regras da democracia baseiam-se na livre vontade das partes e nunca em imposições do Poder».

Depois de referir que nenhum Governo faz qualquer favor ao receber uma delegação representativa, o Executivo da Inter reivindica o seu direito de participação, nos termos constitucionais, e aponta o ridículo em que cai ó Governo «não assumindo frontalmente a audiência com a CGTP-IN» e escondendo esse facto «em que a CGTP-IN privilegia 'encontros pontuais sem agenda marcada' é iludir grosseiramente a realidade». Sabe-se que «a CGTP-IN apresentou ao Governo para negociação um conjunto de propostas sobre a política económica e social — **'os 22 pontos da CGTP-IN' — e uma desenvolvida e fundamentada proposta para a resolução do problema dos salários em atraso**, para já não falar das inúmeras propostas sobre questões sectoriais e de empresas, apresentadas pelas suas estruturas», refere a comissão executiva que considera, «além de inconstitucional, de todo ilegítima a pretensão do Governo de decretar a forma e as condições em que a CGTP-IN se relaciona com o patronato e com o próprio Governo».

pretensas conversações com as 'centrais sindicais', socorrendo-se mais uma vez do seu 'departamento sindical' a UGT».

Afirmações totalmente falsas

A nota sobre a reunião do Primeiro-Ministro com a delegação da Intersindical Nacional, divulgada pelo porta-voz para a Imprensa junto da Presidência do Conselho de Ministros «contém afirmações totalmente falsas». De facto, observa a Comissão Executiva da Central, «dizer-se relações capital-trabalho que é frontalmente rejeitada pela Constituição».

Empenho e adesão

O documento aprovado na reunião de 17 do corrente pela Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, que conclui apelando à participação em massa nas «comemorações populares e democráticas do 25 de Abril» e nas comemorações do 1.º de Maio, num breve balanço das lutas desenvolvidas ultimamente, refere:

«A Comissão Executiva considera que as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores têm demonstrado um significativo aumento da sua participação e mobilização» e constituem **«prova de confiança»** nos objectivos da CGTP-IN. **«As recentes marchas contra os salários em atraso, o desemprego, o aumento do custo de vida, realizadas no Porto, em Braga e no distrito de Setúbal; a vigília dos trabalhadores agrícolas em Montemor-o-Novo, as acções inseridas nas semanas de luta do Algarve, Castelo Branco, Aveiro, Coimbra, Santarém; e a luta dos trabalhadores vidreiros da Marinha Grande são alguns exemplos das muitas lutas que os trabalhadores desenvolvém por todo o País em defesa dos seus direitos e interesses e pela melhoria das suas condições de vida.**

«Por outro lado, acrescentam os dirigentes da Central, **os resultados das eleições sindicais e para as comissões de trabalhadores revelam também o indiscutível reforço das posições unitárias, revelam uma indiscutível confiança na CGTP-IN e nas suas propostas.**».

Acção sindical / LUTAS / Actividades

• **Ferroviários: mobilização continua** — A «intransigência absoluta», manifestada pelo conselho de gerência e pelo Governo quanto aos aumentos salariais na CP — situação que determinou a greve de 48 horas na semana passada — pode conduzir a novas formas de luta, se a abertura ao diálogo, manifestada pelos sindicatos representativos e designadamente pela Federação, continuar a deparar com os 17 por cento na tabela salarial, que aquelas entidades contrapõem à proposta sindical.

• **Metro e Carris: concentração** — As organizações representativas e sindicais dos transportes no Metro e na Carris acusam o Ministério do Trabalho de passividade perante as atitudes do patronato e dos conselhos de gerência nos processos de negociação das convenções colectivas de trabalho. Quarta-feira passada, as organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) do Metro e da Carris concentraram-se junto da Secretaria de Estado do Trabalho, enquanto os dirigentes sindicais do sector se deslocavam ao Ministério a fim de obterem uma audiência com Amândio de Azevedo, detentor da pasta do Trabalho no Governo PS/PSD.

• **CCTV do ramo automóvel: nova reunião marcada para hoje** — A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecância e Minas (FSMMMP) protestou em 19 do corrente contra a atitude das associações patronais do ramo automóvel, que boicotam as negociações de conciliação patrocinadas pelo Ministério do Trabalho. Na terceira reunião convocada para o efeito no dia 18, «as associações patronais presentes começaram por informar o conciliador daquele Ministério que não podiam assistir à reunião por considerarem que a greve marcada pelo Sindicato dos Metalúrgicos para o distrito de Lisboa e para a tarde desse dia significava uma acção de pressão sobre as presentes negociações». Considerando esse argumento totalmente descabido, a CNS (comissão negociadora sindical) precisou que «a referida greve visava uma série de obejctivos relativamente a problemas que afectam trabalhadores de vários sectores que não o automóvel». Segundo o secretariado da FSMMMP, a CNS afirmou que, quando decidir recorrer à greve «com o objectivo de desbloquear quaisquer negociações, não tolerará que o patronato nem ninguém interfira no livre exercício do direito à greve». Entretanto, o conciliador do MT agendava para **hoje às 15 horas** uma nova reunião, afirmando que «irá conduzir a discussão para as tabelas salariais tendo em conta a identidade e autonomia dos processos em revisão, de acordo com a lei».

• **Transfec: tentativa de despedimento ilegal** — «Oito trabalhadores da Transfec com contratos a prazo foram obrigados no dia 16 do corrente a entrar de férias, recebendo ao mesmo tempo uma carta a comunicar-lhes a não renovação dos respectivos contratos. A razão de ser deste comportamento arbitrário e repressivo da administração da Transfec está na adesão destes trabalhadores à greve do sector de mercadorias, no dia 2 de Abril, que paralisou quase por completo a empresa». Na óptica do «patronato e do seu Governo» — protesta o Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Centro — os trabalhadores contratados a prazo «estão impedidos de exercer um direito fundamental, consagrado na Constituição da República, o direito à greve». O Sindicato, que não aceita a tentativa de despedimento dos oito trabalhadores, afirma que os seus contratos «enfermam de um sem número de ilegalidades» e «requereu de imediato uma reunião com a administração da Transfec, no sentido de vir a ser reposta a legalidade e defendidos os direitos dos trabalhadores».

Mais uma vez as associações patronais boicotaram a conciliação do contrato colectivo de trabalho vertical (CCTV) para o sector automóvel

25 de Abril
1984
10.º Aniversário

ABRIL

A União dos Sindicatos de Lisboa saúda a passagem do 10.º Aniversário do 25 de Abril e apela a todos os trabalhadores do Distrito para que participem nas Comemorações de carácter unitário

Viva o 25 de Abril

Viva o 1.º de Maio
10 anos em liberdade

Para cumprir Abril
lutar por Maio
todos ao M. MONIZ • 14 h 30

Internacional

NICARÁGUA

Sandinistas derrotam novas manobras imperialistas

O falhanço do ataque dos contra-revolucionários de Eden Pastora a um pequeno porto da Nicarágua; a inexplicável recusa de Washington em aceitar a dirigente sandinista Nora Astorga como embaixadora nicaraguense nos Estados Unidos; as contínuas críticas internacionais à acção da CIA na Nicarágua e a marcação para amanhã da primeira sessão do Tribunal Internacional de Haia para apreciar a queixa das autoridades sandinistas contra a administração Reagan, constituem o conjunto de acontecimentos mais relevantes que marcaram nos últimos dias novos desaires político-militares da Casa Branca na América Central.

Após as notícias sensacionalistas sobre a tomada do porto de San Juan del Norte junto à fronteira com a Costa Rica e do anúncio da formação de um governo provisório na zona «libertada» pelo traidor Eden Pastora, começaram a ser conhecidos mais elementos que confirmaram o que de início podia apenas suspeitar-se. Em primeiro lugar, que o isolado porto sofreu um ataque que o próprios «contras» reconheceram ter sido facilitado pela ajuda «misteriosa» vinda por mar. O mistério foi desvendado quando a própria imprensa norte-americana revelou a participação directa de forças dos EUA ao lado de Pastora.

Em segundo lugar, o porto foi rapidamente retomado pelas forças do Exército Popular Sandinista, que na passada terça-feira puseram os reaccionários em fuga para a Costa Rica.

Finalmente, uma notável marcha atrás, Eden Pastora afirma em conferência de imprensa que o importante lugar «conquistado» não era tão importante como isso, que o proclamado controlo da região não estava afinal nos seus planos... Quanto ao fantasmagórico governo provisório, parece ter sido esquecido.

As conclusões a tirar são claras. Nem num local praticamente abandonado da Nicarágua, nem com o auxílio recebido dos Estados Unidos, nem com as armas «caídas do céu», os anti-sandinistas conseguem levar por diante os seus planos. A coragem e determinação das forças populares sandinistas mais uma vez se revelou mais forte.

A recusa da embaixadora sandinista não pode deixar de ser classificada também como mais uma derrota da política norte-americana. É que embora os EUA não tenham fornecido explicações, sabe-se que Nora Astorga é considerada indesejável por ter estado envolvida no desmascaramento e morte de um general somozista, em 1978, que era na altura espião da CIA. A grande beleza de Nora e a sua dedicação à revolução sandinista não são atributos apreciados em Washington...

Nora Astorga, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua, a quem os Estados Unidos não querem como embaixadora

Finalmente, os Estados Unidos vivem pela primeira vez a experiência de ser levados ao tribunal de Haia por um país do Terceiro Mundo. Após ouvir os representantes da Nicarágua sobre os motivos que levam a pedir a condenação da administração Reagan, o tribunal exigirá que os EUA se expliquem quanto aos motivos que os levam a não reconhecer a sua competência em assuntos da América Central nos próximos dois anos.

No seguimento das duas audiências de amanhã os juízes de Haia decidirão da sua competência e se Washington terá ou não de responder neste processo.

Para quem está habituado a ditar a sua própria lei, não se pode dizer que se trate de uma experiência agradável esta por que está a passar a administração Reagan.

A conferência de Lisboa

Entretanto ganham relevo em todo o mundo as manifestações de solidariedade para com a Nicarágua e a América Central.

Em Lisboa, de 3 a 6 de Maio, representantes de inúmeros países e das mais diversas correntes políticas encontrar-se-ão para dar força a essa corrente de solidariedade. A presidência da comissão nacional da conferência, apoiada pelas mais destacadas personalidades portuguesas, cabe ao professor Henrique de Barros. A comissão internacional, por seu turno, é presidida pelo escritor argentino (prémio Nobel) Perez Esquivel.

Os trabalhos serão iniciados com uma sessão inaugural no dia 3, no Teatro Maria Matos, prosseguindo depois no Hotel Penta.

No sábado, dia 5, realizar-se-á um comício de solidariedade na Voz do Operário, onde para além de diversas intervenções actuará o grupo nicaraguense de Mejia Godoy, famoso pela qualidade da sua música popular.

Uma delegação da direcção da Frente Sandinista participará nos trabalhos da Conferência de Lisboa, escolhida de novo para capital da Paz e da Solidariedade.

Conferência Internacional sobre a NICARÁGUA e pela PAZ na AMÉRICA CENTRAL

3/6 Maio 1984

Sessão Pública – VOZ do OPERÁRIO
Sábado/5 de Maio/21H.

Identidade de opiniões mas contra os povos da Europa

«A polícia está a fazer um trabalho admirável» – foi este o comentário da sra. Thatcher, primeiro-ministro britânico, quando, aos microfones da BBC, se referia à greve dos mineiros da Grã-Bretanha, desencadeada contra a perspectiva de encerramento de vinte poços nas minas de carvão e o consequente despedimento de 20 mil trabalhadores.

Assim, não surpreende o bom entendimento, a identidade de pontos de vista – destacada por Soares – entre os primeiros-ministros de Portugal e da Grã-Bretanha. Como se vê, a filosofia política é a mesma: o «diálogo» com os trabalhadores faz-se através da polícia.

O mesmo entendimento no que respeita aos contornos da política externa. Referindo-se ao 35.º aniversário da NATO, Thatcher veio a Portugal salientar que «a pedra fundamental dessa aliança é a nossa ligação com o nosso aliado do outro lado do Atlântico, os Estados Unidos». Soares – para quem o facto de ser apontado como homem dos americanos em nada incomoda, como expressamente afirmou – não diria melhor.

Factos a que vale a pena acrescentar um comentário. É que esta identidade de pontos de vista – entre a dirigente de um Partido conservador considerado como ponta-de-lança dos EUA na Europa Ocidental e o secretário-geral de um Partido Socialista que surge como o sector mais à direita da Internacional Socialista – não é de forma alguma extensiva aos povos dos respectivos países. O mesmo, aliás, se repete por toda a Europa da CEE, onde cresce o abismo entre os interesses dos trabalhadores e a política oficial, e com ele o descontentamento popular, a envergadura da luta de massas.

Desse abismo é a Grã-Bretanha um bom exemplo. Por um lado temos os planos de parcial liquidação do sector carbonífero, a redução de impostos sobre o patronato, os cortes nas despesas com as necessidades sociais – saúde pública, ensino, subsídios vários –, a transferência para o sector privado das empresas mais rentáveis do sector estatal.

Por outro, enquanto a polícia britânica cerca as minas de carvão e a situação se agrava com a prisão de várias dezenas de operários que asseguram os piquetes de greve (que a legislação antioperária do governo de Thatcher ilegalizou), os mineiros fazem a sua 6.ª semana de greve. Estuda-se a possibilidade de alargamento da greve a todas as minas do país, e cresce a solidariedade de outros sectores de trabalhadores, nomeadamente os trabalhadores municipais e dos transportes.

Não é por acaso que 48% dos britânicos manifestam a sua oposição à continuação do país na CEE e 38% dos irlandeses são pela saída do seu país do Mercado Comum.

A política da CEE, como a política do governo de Thatcher, ou do Governo PS/PSD, em Portugal – moldada pelos interesses dos grandes monopólios – está a ter consequências como: a redução das receitas reais dos camponeses, em 19%, só no ano passado; ou ainda a liquidação do sector siderúrgico, prevendo-se, só em França e na RFA, o despedimento, até 1985, de 100 mil trabalhadores. Por isso o crescente protesto popular, as marchas sobre Paris e Roma, novas lutas, que se esboçam, entre trabalhadores metalúrgicos da RFA.

Às propostas governamentais de redução de milhares de postos de trabalho, os trabalhadores opõem a sua luta e a sua unidade

SALVADOR
50 anos de genocídio

Especialistas em questões latino-americanas são unânimes em afirmar que a burguesia salvadorenha é, desde o momento da independência do país até aos nossos dias, a mais anacrónica e sangrenta de toda a América Latina. Permanecendo na sombra, a burguesia governa o país por intermédio da tirania militar cuja crueldade e arbitrariedade não são comparáveis mesmo às restantes ditaduras latino-americanas.

O que se passa neste país possui raízes profundas. Foi gerado por pilhagens, chantagem, humilhações, mentiras, crimes, simulacro de democracia representativa.

Um abismo profundo separa um punhado de poderosos das grandes massas que morrem à fome, com doenças incuráveis, sob as balas e a tortura.

Depois de 1931, momento em que ocorreram as únicas eleições presidenciais relativamente democráticas no Salvador, este país é dirigido por militares. A partir de então, a fraude, a falsificação de boletins de voto, a violência, os assassinatos, os golpes de Estado e a política de genocídio foram e mantêm-se como os instrumentos principais de governação.

A aplicação desta política, comum aos últimos 50 anos de Salvador, provocou, logo em Janeiro de 1932, a morte de 30 mil camponeses. Nos últimos quatro anos, foram exterminados, pelo exército e os «esquadrões da morte», mais de 50 mil civis salvadorenhos.

Os Estados Unidos desencadeiam uma campanha caluniosa contra a guerrilha tentando esconder os verdadeiros motivos da guerra de libertação nacional.

A luta armada iniciou-se há quatro anos esgotadas que foram todas as tentativas pacíficas capazes de conduzirem à autodeterminação e à soberania. Mau grado os muitos milhões de dólares de ajuda económica, os fornecimentos de material e munições de guerra americanos, mau grado a ingerência directa e cada vez mais declarada deste país nos assuntos internos de Salvador, as tropas governamentais sofrem derrotas após derrotas.

Zonas libertadas

No campo da guerrilha são as vitórias militares e a criação de zonas libertadas. Precisamente nestas regiões, sob a direcção da Frente Farabundo Martí, foram instituídos órgãos locais de poder popular.

O primeiro congresso deste tipo teve lugar em Maio do ano passado e como resultado a criação de órgãos de poder popular em Las Vueltas, San José de Las Flores, La Laguna, Arcatão, Los Rachos e ainda em algumas dezenas de outras localidades, essencialmente nos Departamentos de Chalatenango e Morazan.

Todos os habitantes com mais de quinze anos puderam eleger, em reunião geral, os Conselhos Dirigentes Locais.

O Conselho integra um presidente, um secretário-jurista, secretários responsáveis pela educação política, produção, comércio, trocas de mercadorias e autodefesa.

Os Conselhos trabalham intimamente ligados às massas. Regra geral, reúnem-se várias famílias e os seus representantes apresentam ao Conselho os seus pedidos e propostas.

Os órgãos locais do poder ajudam os habitantes das regiões libertadas a organizarem a sua vida normal dentro do contexto da luta.

O primeiro governo local foi instituído em Setembro de 1983. O seu presidente, Maria, camponesa de 33 anos, com dois filhos, toma parte activa desde há dez anos na luta dos trabalhadores rurais salvadorenhos.

Uma das numerosas tarefas do governo consiste em pôr cobro aos flagelos herdados do regime. Como resultado do primeiro código jurídico do povo prepara-se uma luta acesa contra o banditismo e o alcoolismo.

Este primeiro governo constitui um passo importante para a criação dum governo de todo o povo, autenticamente democrático e revolucionário.

ZIMBABWE
Quatro anos de independência

Dezenas de milhares de pessoas reunidas no Estádio do Búfalo saudaram há quatro anos, no dia 18 de Abril de 1980, o nascimento da República do Zimbabwé. Sob as palavras «Liberdade, liberdade, a luta continua» desaparecia a última colónia britânica de África.

A difícil luta do povo do Zimbabwé pela verdadeira independência continua. As forças reaccionárias ainda alimentam esperanças de voltar ao passado, persistem na tentativa de dividir a população, viram tribos contra tribos, entravam as transformações socioeconómicas que possam pôr em causa os interesses estratégico-militares e económicos ocidentais e sul-africanos.

Desde a declaração da sua independência, o Zimbabwé empenha-se na criação de uma nova sociedade em que seja garantida uma existência condigna a cada cidadão, independentemente da sua raça. Um empreendimento difícil se se tiver em conta o sistema de relações económicas, sociais e políticas em prática neste país antes da independência, onde a maioria africana, constituída por 7,6 milhões de pessoas, era dominada por uma comunidade branca que, não ultrapassava as duzentas mil pessoas.

E, neste aspecto, pode afirmar-se que foram conseguidos êxitos notáveis. O governo do Zimbabwé ultrapassou as principais dificuldades e o país obteve, logo após a independência, um crescimento agrícola e mineiro sem precedentes. De seguida, iniciou-se a socialização do campo através da formação de cooperativas. Foram atenuadas as contradições entre os dois principais agrupamentos étnicos e conseguiu-se neutralizar o poder dos brancos evitando ao mesmo tempo o êxodo massivo dos colonos europeus.

Prossegue a socialização

Actualmente, o país desenvolve-se de acordo com o plano trienal que preconiza investimentos vultosos na economia nacional — mais de oito mil milhões de dólares zimbabweanos — em particular no campo da energética, da agricultura, indústria e construção de estradas.

No que se refere à agricultura, o Estado comprou aos agricultores brancos mais de 1,8 milhões de hectares de terra que distribuiu pelos rurais. Destes, 200 mil hectares destinam-se à criação de granjas estatais. O governo não só fornece parcelas aos camponeses mais necessitados como controla a observância da lei durante a distribuição da terra, presta ajuda às explorações na compra de equipamentos agrícolas, sementes e adubos.

Foram igualmente tomadas uma série de medidas tendentes a melhorar a situação material dos trabalhadores. Aumentou em particular o salário mínimo dos operários e empregados, prossegue a linha para a intensificação da participação dos operários na gestão das empresas, criam-se condições para uma passagem gradual das empresas privadas para o controlo do Estado.

Recentemente, o governo da República proibiu a transferência para o estrangeiro dos lucros das filiais das companhias estrangeiras que tinham investido capitais no Zimbabwé antes da independência. Foi tomada a decisão de desbloquear os fundos pecuniários, criados durante o governo do regime racista de Smith, cujo valor atinge os 200 milhões de dólares zimbabweanos. Os proprietários estrangeiros são actualmente convidados a investirem os lucros obtidos no Zimbabwé na economia da República em vez de os transferirem para os seus países.

Unidade política

Isto não significa, contudo, que todos os problemas foram ultrapassados ou que tudo decorre da melhor forma. Há já dois anos que o país se encontra atingido por uma dura seca que tem causado enormes prejuízos à agricultura e à pecuária. As colheitas de milho, principal cultura agrícola, baixaram drasticamente; morreram várias centenas de milhares de cabeças de gado bovino; secaram pequenos rios e lagos.

O governo viu-se na necessidade de tomar uma série de medidas de emergência para liquidar as consequências da seca.

O princípio do socialismo e a plataforma ideológica das transformações sociais levadas a cabo no país estão consagrados no programa da ZANU-PF, partido no Poder. Robert Mugabe, chefe do governo, ao intervir em Março de 1984, em Harare, no 1.º Congresso da Liga Feminina do Partido ZANU-PF, reafirmou a fidelidade à causa da edificação do socialismo no Zimbabwé. «O socialismo no Zimbabwé triunfará quando a classe operária se apoderar dos meios de produção», declarou ele. Mugabe voltou a pronunciar-se pela introdução no país dum sistema de partido único, que contribuirá para a consolidação no país de todas as forças patrióticas e para o isolamento das forças reaccionárias que entravam o progresso da República.

A reacção internacional e a reacção interna aspiram a impedir o desenvolvimento do Zimbabwé recorrendo a diferentes métodos, desde a pressão colonialista até às acções agressivas. Neste contexto, a questão objectiva da necessidade de unidade política, de controlo da actividade do capital estrangeiro, e de desenvolvimento dos recursos nacionais no interesse dos trabalhadores coloca-se ao povo zimbabweano de forma ainda mais aguda.